

Visão Geral do Trabalho e Emprego das Mulheres em Angola

Projecto Decisões para Toda a Vida relativo ao ODM3 Relatório Nacional N.º 2

**Universidade de Amesterdão /
Instituto de Estudos Avançados sobre o Trabalho de Amesterdão (AIAS)**
www.uva.nl/aias

**Maarten van Klaveren, Kea Tijdens,
Melanie Hughie-Williams, Nuria Ramos Martin**
email: m.vanklaveren@uva.nl

Amesterdão, Países Baixos, Julho de 2009

Índice

Resumo de gestão	4
1. Introdução: Projecto Decisões para Toda a Vida	7
2. Análise do género no que diz respeito ao trabalho e emprego	9
2.1. Introdução: retrato geral.....	9
2.1.1. História	9
2.1.2. Governação	11
2.1.3. Perspectivas	12
2.2. Comunicação.....	14
2.3. A estrutura do mercado laboral por sectores.....	15
2.4. Legislação e relações laborais.....	16
2.4.1. Legislação	16
2.4.2. Relações laborais	18
2.5. Salário mínimo e pobreza.....	20
2.5.1. Salário mínimo legal	20
2.5.2. Pobreza	21
2.6. Demografia e mão-de-obra feminina.....	23
2.6.1. População e fertilidade	23
2.6.2. VIH/SIDA	24
2.6.3. Quota de mercado laboral feminino	26
2.6.4. Agricultura	27
2.6.5. Indústria transformadora	Error! Bookmark not defined.
2.6.6. Comércio	28
2.6.7. Serviços	29
2.6.8. Governo	29
2.7. Educação e níveis de competências da mão-de obra feminina.....	30
2.7.1. Alfabetização	Error! Bookmark not defined.
2.7.2. Educação das raparigas e mulheres jovens	30
2.7.3. Níveis de competências das mulheres	31
2.8. Salários e condições de trabalho do grupo-alvo.....	32
2.8.1. Salários	Error! Bookmark not defined.
2.8.2. Condições de trabalho	32
3. Informação básica para o questionário sobre o WageIndicator (Indicador Salarial)	33
3.1. Introdução.....	33
3.2. Lista de sindicatos.....	33
3.3. Lista de categorias de ensino e níveis de CITE.....	36
3.4. Lista de regiões.....	37
3.5. Listas de grupos étnicos e línguas.....	41
3.5.1. Grupos étnicos	41

3.5.2.	Línguas	41
4.	Referências	42
5.	O que é o WageIndicator (Indicador Salarial)?	45

Resumo de gestão

Este relatório fornece informações sobre Angola no que diz respeito à implementação do projecto DECISÕES PARA TODA A VIDA naquele país. O projecto DECISÕES PARA TODA A VIDA visa consciencializar as jovens trabalhadoras sobre as suas oportunidades de emprego e perspectivas de carreira, constituição de família e equilíbrio trabalho-família. Este relatório faz parte dos Inventários, que deverão ser efectuados pela Universidade de Amesterdão, para os 14 países envolvidos. Centra-se na análise do trabalho e do emprego a partir da perspectiva do género.

História (2.1.1). Depois de Angola ter obtido a independência de Portugal em 1975, uma guerra civil travou seriamente o desenvolvimento do país. Depois da guerra ter terminado em 2002, o MPLA tem governado o país como partido no poder, com uma grande maioria parlamentar. Recentemente, Angola intensificou a exploração dos seus ricos recursos naturais, mais precisamente, os seus enormes jazigos petrolíferos e de gás natural. No entanto, o padrão de crescimento do seu PIB continua volátil. Apesar de um forte crescimento económico recente, mais de metade da sua população tem de sobreviver com menos de USD 1 por dia.

Governança (2.1.2). Nos últimos sete anos, Angola tem registado uma situação política bastante estável. O Governo empenhou-se em atingir os objectivos do ODM3, mas ainda não se concedeu uma grande prioridade à igualdade do género e à autonomização das mulheres. Na prática, a relação entre as ONGs e o Governo é tensa. A situação em Angola a nível dos direitos humanos continua a ser difícil; continua a haver corrupção generalizada .

Perspectivas (2.1.3). Devido à exaustão das reservas petrolíferas, as receitas provenientes do petróleo provavelmente atingirão o seu ponto máximo entre 2011 e 2013. O processo de diversificação que o Governo iniciou a fim de contrabalançar a redução das receitas petrolíferas pode estar ameaçado pelos baixos preços do petróleo.

Comunicação (2.2). Em 2007, já estavam em uso 3.3 milhões de telemóveis, um para cada cinco Angolanos. A cobertura da Internet é ainda baixa, sendo cerca de 3% da população em 2007 utilizadores da Internet. A rádio é o meio de comunicação com a cobertura mais elevada. O Governo controla a única agência noticiosa, o único diário e ainda a estação de rádio nacional, enquanto que o monopólio estatal da difusão televisiva terminou em 2006.

Estrutura do mercado laboral por sectores (2.3). Em 2000-01, apenas 14% dos indivíduos economicamente activos com idades entre os 15-64 anos trabalhavam no sector formal, como empresários e assalariados, 23% dos quais mulheres. Seis entre sete pessoas encontravam-se no sector informal, dos quais 55-57% eram mulheres. Calculámos que, em 2007, o sector formal tinha expandido de forma a incluir 970.000 indivíduos, dos quais metade se encontrava no funcionalismo público e na construção.

Legislação (2.4.1). Angola ratificou as Convenções do Trabalho fundamentais da OIT, e as suas leis não são discriminatórias. A Lei Geral do Trabalho estabelece direitos a licença de parto remunerada, igualdade de remuneração, horas de trabalho limitadas, períodos de descanso, etc. No entanto, um ponto fraco importante é a sua aplicação.

Relações laborais (2.4.2). Os números de 2008 podem implicar uma densidade sindical global de 26-28% no sector formal; é possível estimar-se a densidade sindical feminina em cerca de 20%. Existem três confederações sindicais; a UNTA-CS e a CGSILA estão filiadas na ITUC. A influência governamental

nas negociações colectivas parece ser bastante grande. O direito à greve está estritamente regulamentado.

Salário mínimo legal (2.5.1). Existe um salário mínimo básico nacional, com taxas mais elevadas para os sectores dos transportes, serviços e indústria transformadora e ainda para a indústria mineira, variando entre 42 a 51% do salário médio do sector formal. Não é muito claro como são preparados, notificados e aplicados os aumentos anuais.

Pobreza (2.5.2). Investigadores angolanos alegam que, em 2007, dois em três dos seus compatriotas viviam com USD 2 ou menos por dia. A desigualdade de rendimentos é extremamente elevada. A distribuição da pobreza também depende fortemente do género, com os agregados familiares chefiados por mulheres a constituírem a maioria dos agregados familiares muito pobres. Em 2006, Angola estava classificada em 157^a posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 50 lugares abaixo da sua classificação referente ao PIB per capita .

População e fertilidade (2.6.1). Até 2002, o registo de nascimento em Angola, na grande maioria, não existia, e as estatísticas populacionais continuam a ser pouco fiáveis. No entanto, é óbvio que a taxa de crescimento populacional é bastante elevada (média de 2.7% em 2001-08), assim como a taxa de fertilidade total (6.1%) e a taxa de fertilidade das adolescentes (139 por 1.000).

VIH/SIDA (2.6.2). A taxa de prevalência do VIH/SIDA em Angola, com 2.5% (2005), é comparativamente baixa. Contudo, pode subir rapidamente, uma vez que é generalizada a maioria dos factores de risco, como a situação dependente de muitas adolescentes e mulheres jovens. Os serviços preventivos e terapêuticos ainda se encontram na fase inicial.

Quota de mercado laboral feminino (2.6.3). Embora difícil de calcular, a taxa de participação global no trabalho dos indivíduos na faixa etária dos 15-64 anos (LPR ou EPOP) é baixa e não excede os 68%, sendo a das mulheres alguns pontos percentuais mais elevada. Relativamente a 2007, a proporção das mulheres no sector formal pode ser estimada em 28%, ou quase 270.000 mulheres. Um quarto delas encontra-se no comércio e serviços.

Agricultura (2.6.4). A agricultura proporciona trabalho e rendimentos para 60-70% da população angolana. Muitas mulheres que trabalham na agricultura labutam horas extremamente longas. Apenas uma pequena porção da população está envolvida na agricultura comercial, um quarto das quais mulheres .

Indústria transformadora (2.6.5). Apesar do recente crescimento das pequenas e médias empresas da indústria transformadora, Angola tem um sector fabril muito pequeno.

Comércio (2.6.6). Mais de quatro em cinco mulheres angolanas que trabalham no comércio fazem-no a título informal. Recentemente, o comércio a retalho tem demonstrado um rápido crescimento, havendo perspectivas de trabalho assalariado feminino.

Serviços (2.6.7). Recentemente, o Governo angolano planeou estimular os serviços comerciais, particularmente o turismo e o sector financeiro. Embora os investidores se queixem da escassez de trabalhadores qualificados, isso poderá abrir oportunidades de trabalho para as mulheres jovens.

Governo (2.6.8). Os gastos governamentais centram-se especialmente nos investimentos infra-estruturais e no desenvolvimento de departamentos técnicos e de construção. Nestas condições, a percentagem de mulheres no funcionamento público poderá não exceder os 40%, embora gastos mais elevados na educação e na saúde possam abrir mais oportunidades para as mulheres.

Alfabetização (2.7.1). No início dos anos 2000, as taxas médias de alfabetização entre as (jovens) mulheres eram 54-63%, isto é, cerca de 75% das taxas dos homens. Nos grupos sócio-económicos mais baixos, apenas uma minoria de mulheres está alfabetizada.

Educação de raparigas e mulheres jovens (2.7.2). As estatísticas sobre a inscrição escolar estão ultrapassadas, mas sugerem que apenas cerca de metade de todas as raparigas angolanas com idades compreendidas entre os 6-11 anos frequentam a escola primária: comparativamente uma proporção muito baixa. O ensino secundário, em particular, revela um grande fosso na participação escolar das raparigas quando comparada com a dos rapazes. São claramente necessários programas flexíveis para recuperar os anos de escolaridade perdidos, particularmente das jovens.

Níveis de competências femininos (2.7.3). Em 2001-02, cerca de 24.000 das trabalhadoras angolanas eram altamente qualificadas e 115.000 qualificadas. Calculamos que a actual dimensão do grupo-alvo do projecto DECISÕES PARA TODA A VIDA em Angola seja cerca de 70.000 mulheres jovens em trabalho assalariado, enquanto outras 25.000 deverão iniciar esse trabalho nos próximos cinco anos.

Salários (2.8.1). Faltam informações fiáveis sobre salários no sector formal angolano, realçando assim a importância do WageIndicator (Indicador Salarial) para este país.

Condições de trabalho (2.8.2). De igual modo, estão disponíveis muito poucas informações escritas sobre as condições de trabalho em Angola.

1. Introdução: Projecto Decisões para Toda a Vida

O projecto DECISÕES PARA TODA A VIDA visa consciencializar as jovens trabalhadoras sobre as suas oportunidades de emprego e perspectivas de carreira, constituição de família e equilíbrio trabalho-família. As decisões para toda a vida que as adolescentes têm de enfrentar determinam não apenas o seu futuro individual, mas também o da sociedade: as suas escolhas são determinantes no desenvolvimento demográfico e da mão-de-obra da nação.

O projecto DECISÕES PARA TODA A VIDA centra-se em 14 países em desenvolvimento, a saber, Brasil, Índia, Indonésia, os países da CEI, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Ucrânia, e os países da África Austral, Angola, Botswana, Malawi, Moçambique, África do Sul, Zâmbia e Zimbabué. Os parceiros do projecto são a ITUC, a UNI, a WageIndicator Foundation (Fundação Indicador Salarial), e a Universidade de Amesterdão/AIAS.

Ao projecto DECISÕES PARA TODA A VIDA foi concedida uma subvenção destinada ao ODM3 do Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos, como parte da sua estratégia de apoio aos Objectivos nº 3 de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas (ODM3): “Promover a Igualdade do Género e Autonomizar as Mulheres”. O projecto DECISÕES PARA TODA A VIDA centra-se mais especificamente no ODM3.5: “Promover o trabalho formal e oportunidades iguais no mercado de trabalho”, que constitui uma das quatro áreas prioritárias do ODM3 identificadas no Fundo do Ministério para o ODM3. O projecto DECISÕES PARA TODA A VIDA estará em curso entre Outubro de 2008 e Junho de 2011 (Ver <http://www.wageindicator.org/main/projects/decisions-for-life>).

Este relatório faz parte dos Inventários que deverão ser elaborados pela Universidade de Amesterdão para os 14 países envolvidos. Estes Inventários e as análises subjacentes do género encontram-se discriminados no Quadro 1. Todos os relatórios serão inseridos no sítio Web do projecto. Neste relatório nacional sobre Angola, a sequência das secções difere da do índice. O relatório abrange principalmente a Actividade nº 1.03, a Análise do género no que diz respeito a salário e condições de trabalho (ou, como é denominado o Capítulo 2 neste documento, trabalho e emprego). A Actividade 1.01, Inventários da legislação nacional, está parcialmente incluída (na secção 2.4.1); a análise da legislação nacional resultou parcialmente num produto separado, o DecentWorkCheck (Verificação do Trabalho Decente) em Angola. A actividade 1.02, Inventários dos regulamentos das empresas, terá lugar através de um levantamento das empresas. Os preparativos para as Actividades 1.03a e 1.03b culminaram em diversas listas, que deverão ser usadas no levantamento, via Web, do WageIndicator (Indicador Salarial) para questões específicas dos países e respectivas análises (Capítulo 3). Podem encontrar-se referências no Capítulo 4; o Capítulo 5 oferece um entendimento mais profundo sobre o WageIndicator (Indicador Salarial).

Quadro 1 Actividades para o projecto DECISÕES PARA TODA A VIDA da Universidade de Amesterdão

Nr	Inventários
1.01	Inventários da legislação nacional
1.02	Inventários dos regulamentos das empresas
1.03	Análise do género no que diz respeito a salários e condições de trabalho

1.03a	Concepção inicial da análise do género no que diz respeito ao inventário das análises do género fora de linha
1.03b	Lançamento de dados para a análise do género destinado aos inventários de utilização fora de linha

2. Análise do género no que diz respeito ao trabalho e emprego

2.1. Introdução: retrato geral

2.1.1. História

Angola está a reconstruir o país após o fim de uma guerra civil de 27 anos, em 2002. Após a independência de Portugal em 1975, eclodiu a guerra entre o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), liderado por José Eduardo dos Santos, e o movimento rebelde União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), apoiado pelos regimes rodesiano e do apartheid sul africano e liderado por Jonas Savimbi. A paz parecia iminente no início da década de 1990, com o fim da guerra fria e o colapso do regime de apartheid sul africano. Angola iniciou uma série de transições interligadas: da guerra para a paz; de um regime de partido único para um sistema de governação pluralista; de crise humanitária para a recuperação social e económica; e de uma economia dominada pelo Estado para uma economia baseada no capital privado (UN System 2002). Em 1992, o país assistiu a eleições nacionais mas, após a UNITA ter rejeitado os resultados eleitorais, começou novamente a luta em 1996, mergulhando o país numa nova crise humanitária. Finalmente, a morte de Savimbi, em 2002, terminou a insurreição da UNITA e fortaleceu o domínio do poder por parte do MPLA.

Cerca de um milhão e meio de vidas podem ter sido ceifadas – e mais de quatro milhões de pessoas ficaram deslocadas – durante os vinte e cinco anos de luta. No final da guerra, em Fevereiro de 2002, mais de dois milhões de Angolanos estavam à beira de morrer de fome, e pelo menos três milhões recebiam ajuda humanitária directa (números da FAO, citados em Foley 2007). Desde então, têm-se envidado imensos esforços pós-conflito, incluindo a desmobilização, desarmamento, e reintegração dos ex-combatentes; o repatriamento, regresso e reintegração de milhões de pessoas deslocadas internamente e o regresso de 450.000 refugiados provenientes de outros países, assim como a reabilitação e reconstrução da terra e infra-estruturas essenciais. O MPLA continua a ser o partido no poder, sob a liderança do Presidente José Eduardo dos Santos, enquanto que a UNITA se transformou num partido da oposição. Em Setembro de 2008, os 8.3 milhões de eleitores recenseados de Angola foram às urnas para votarem em eleições legislativas pela primeira vez em 16 anos. O MPLA obteve uma vitória esmagadora, com 81% dos votos, resultado aceite pela UNITA. As eleições presidenciais, anteriormente anunciadas para 2009, foram prorrogadas até 2010. Em condições políticas bastante estáveis, Angola tem intensificado a exploração dos seus ricos recursos nacionais, como os seus enormes jazigos de petróleo e gás natural, diamantes, ouro, extensas florestas, e pescas atlânticas. O país é o segundo maior produtor de petróleo na África Sub-Sariana; em 2008, como fornecedor estável, desafiou a posição da Nigéria em primeiro lugar, sendo ainda o quarto maior produtor mundial de diamantes em bruto (ANIP 2007, 2008; Embassy 2008).

Depois de um crescimento anual médio negativo do PIB (Produto Interno Bruto) de 2.0% na década de 1987-1997, o PIB por pessoa empregue em 1998-2001 cresceu lentamente, a 3.6%, 0.8%, 0.3% e 0.2% por ano, respectivamente. No início dos anos 2000, o padrão de crescimento do país era bastante volátil, com um crescimento de 12.2% do PIB por pessoa empregue em 2002, um decréscimo de 0.8% em 2003, e um crescimento 8.5% em 2004. Nessa altura, os índices de crescimento por pessoa empregue aumentaram

rapidamente, para 18.1% em 2005, 14.8% em 2006, 19.6% em 2007 e, embora diminuindo, ainda um crescimento de 7.8% em 2008. Em resultado, o crescimento médio do PIB por pessoa relativamente a 2000-06 em Angola foi de 8.8%, subindo rapidamente para uma média de 11.3% em 2003-2008 (*Indicador ODM 1.4*, decorrente dos Indicadores ODM das Nações Unidas).

Nesta última década, segundo o Banco Mundial, a agricultura cresceu a uma média anual superior a 12%, a indústria transformadora quase 16%, mas os serviços apenas 3%. Os índices de crescimento aceleraram e foram dos mais rápidos do mundo. Associados a uma infra-estrutura muito danificada, incluindo portos congestionados e estradas em má condição, os elevados índices de crescimento culminaram, mais recentemente, em níveis de preços extremamente altos. No início de 2009, uma empresa de consultoria sediada em Londres constatou que a capital, Luanda, era o local mais dispendioso para estrangeiros, seguida de Tóquio; um quarto individual num hotel de 2 estrelas em Luanda chega a custar USD 300 por noite (Embassy 2009). A entrada de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) também está a aumentar rapidamente, totalizando USD 2.5 mil milhões em 2007. O crescimento do PIB é intensamente orientado pelas exportações, que representam cerca de 70% do PIB. Evidentemente, a subida dos preços do petróleo foi um factor importante nesta situação: no início da década de 2000, o índice dos preços das exportações (2000 = 100) mais do que duplicou, para 205 em 2007. Nesse ano, o valor das exportações subiu mais de 22%, para USD 39 mil milhões, dos quais USD 36.4 mil milhões (93%) provinham das exportações de crude. Além disso, desde 2004, o Governo contraíu empréstimos na China no valor de cerca de USD 8 - 12 mil milhões, trocando garantias de fornecimento petrolífero por trabalho de reconstrução (Actualmente, Angola fornece 15% das necessidades de importação petrolíferas da China - Corkin 2009). A inflação dos preços no consumidor, que ascendia a mais de 300% em 2000, baixou para menos de 13% em 2006-08. Desde 2000 que os depósitos nos bancos de Angola aumentaram 1.300%, atingindo USD 7.7 mil milhões no final de 2007, sugerindo um aumento da confiança no kwanza angolano (AKZ), assim como no sector bancário interno. Até Abril de 2009, as reservas angolanas em moeda estrangeira tinham quase duplicado desde Dezembro de 2007, para mais de USD 19 mil milhões (World Bank 2008b, 2008c; Corkin 2009). O PIB per capita explodiu para (PPP) USD 4.434 em 2006, elevando o país para a 107ª posição do mundo. Por sexo, o rendimento do trabalho per capita foi calculado em USD 5.504 para os homens e USD 3.393 para as mulheres (UNDP 2008), trazendo o quociente do rendimento médio feminino comparado ao masculino em 2006 para um valor extremamente baixo, de 0.62.

Angola apresenta um paradoxo chocante. O país continua a ser um dos países com classificações mais baixas no continente africano em termos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), expressando esperança de vida, educação e rendimento per capita. Metade dos seus produtos alimentares é importada e, tendo apenas uma pequena refinaria, o país importa quase todo o seu petróleo. Mais de metade da sua população continua a ter de sobreviver com um rendimento (corrigido em termos do PPP) abaixo de USD 1 por dia. Os desafios sociais são enormes. Um documento elaborado pelo PNUD (2006, 12) refere, “Apesar da sua riqueza incrível em petróleo, diamantes e recursos hídricos, do seu potencial agrícola, e dos seus consideráveis níveis de crescimento económico, Angola é assolada por carências consideráveis a nível da sua capacidade de planeamento de reformas institucionais e desenvolvimento a longo prazo. Trata-se de um país que precisa desesperadamente de melhorar os seus sistemas de gestão pública e distribuição de serviços básicos a todos os níveis e de expandir a sua capacidade de controlar a corrupção e aumentar a responsabilização (...).”.

Ao produzirmos este relatório, tivemos de ter em conta o estado deplorável das estatísticas angolanas; é uma situação verídica, visto que diz respeito a indicadores sociais relacionados com os Objectivos de

Desenvolvimento do Milénio. Estas estatísticas estão, na sua maioria, ultrapassadas ou simplesmente não existem. A recolha de dados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) continua a dar os seus primeiros passos. Dados comerciais, industriais, demográficos e laborais estão quase totalmente ausentes. O último censo populacional realizou-se em 1983; foi anunciado um novo censo, com base na amostragem, que se realizará em 2010. Embora esta situação seja compreensível quando analisada contra o passado de Angola, o leitor deste relatório tem de considerar a situação angolana no que diz respeito às estatísticas disponíveis. Há uma necessidade premente de melhoramento. Conforme conclui um relatório recente, “São necessários investigação e estudos, por exemplo, para identificar as condições específicas dos agregados familiares chefiados por mulheres, as barreiras e entraves ao acesso, por parte das mulheres, ao mercado de trabalho e a recursos produtivos, e para que haja participação na tomada de decisões” (ADB/ADF 2008, 25; ver também <http://uk.oneworld.net/guides/angola/poverty>).

2.1.2. Governação

Desde Fevereiro de 2004, o Governo de Angola baseou oficialmente a sua estratégia de redução de Pobreza na *Estratégia de Combate à Pobreza* (ECP, Estratégia Nacional de Combate à Pobreza). O objectivo global da ECP, revista em Setembro de 2005, foi consolidar a paz e a união nacional melhorando as condições de vida do povo angolano e encorajando os grupos mais vulneráveis a participarem activamente no processo de desenvolvimento económico e social. A ECP abordou as necessidades de reconstrução e desenvolvimento no contexto de se alcançarem os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, e identificou a igualdade do género e o melhoramento da posição das mulheres na sociedade como alvos nacionais (Governo de Angola 2003). Isto tem de ser visto por comparação com as recentes condições de guerra sob as quais, segundo a professora Marzia Grassi, perita italiana, “as mulheres foram obrigadas a ganhar o mínimo para sobreviver, lutando pela sua própria sobrevivência e pela dos seus filhos, enquanto os maridos estavam na frente de batalha, de onde muitos nunca regressaram ” (<http://www.droitshumains-geneve.info/Angola-Mozambique-Women-Face,1507>).

O Governo angolano empenhou-se em alcançar os objectivos do ODM3. Foram definidas responsabilidades específicas na maquinaria nacional do género. Já em 1997, a Secretaria de Estado foi promovida a Ministério autónomo da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU), que deveria agir como Ministério Fulcral para o Género. A fim de reforçar o MINFAMU, criou-se, em 1999, o Conselho de Coordenação Multi-sectorial do Género (CCMG), como mecanismo de consulta ministerial sobre questões do género. No entanto, na década de 2000, a infra-estrutura orientada para os esforços envidados para a igualdade do género e autonomização das mulheres parece ter enfraquecido. Diversos relatórios de avaliação concluem que existe uma marginalização do MINFAMU (a.o. Sørvald *et al* 2006, 9-12). Afirma um relatório recente, “Não parece que tenha sido dada uma grande prioridade aos esforços envidados pelo GdA (Governo de Angola, UdA) no sentido de melhorar a igualdade do género e a autonomização das mulheres como parte da estratégia de redução da pobreza” (ADB/ADF 2008, 23). No entanto, estão também na calha acontecimentos mais promissores. Devido às eleições de 2008, 37% dos deputados recentemente eleitos são do sexo feminino, em vez dos anteriores 12%. Este afluxo de deputadas constitui um acontecimento importante, já que tradicionalmente as mulheres têm sido postas de parte na política angolana (<http://www.eisa.org.za/WEP/ang2008results.htm>; Corkin 2009). A posição do Grupo de Mulheres Parlamentares (GMP), intimamente associado à maquinaria nacional do género e abarcando os 13 partidos políticos, poderá vir a ser reforçada. Recentemente, Ana Marian de Oliveira, da bancada parlamentar do MPLA, no poder, declarou que o grupo de deputadas tenta responder às preocupações do género orientadas para a estabilidade social e familiar, e ainda sobre a segurança da integridade física da mulher (<http://www.allafrica.com/stories/200904280088.html>).

Na década de 1990, surgiu um número substancial de organizações da sociedade civil: associações profissionais representando advogados, economistas, arquitectos e outros grupos profissionais, ONGs nacionais –actualmente mais de 300!–participando em actividades de ajuda humanitária, de reabilitação e desenvolvimento, e ainda organizações de promoção de causas envolvidas em campanhas sobre questões como o meio ambiente, direitos das mulheres e minas antipessoal (UN System 2002). A sociedade civil angolana também é caracterizada pela presença de um número relativamente elevado de doadores internacionais: segundo o Departamento de Estado dos EU (2007), mais de 100. O Governo estabeleceu directrizes para cooperar com estas ONGs internacionais no *Enquadramento Estratégico: Angola 2003-2005*. Definiram-se prioridades, como o apoio à segurança nacional e regional, democracia e boa governação, e ainda a gestão de recursos, com vista a promover a erradicação da pobreza e o desenvolvimento social e económico sustentável; a nível formal, elas estão intimamente ligadas ao mandato do sistema das Nações Unidas em Angola mas, na prática, a relação entre as ONGs e o Governo é tensa (Sørvald *et al* 2006, 14; Foley 2007, 15-6).

No decurso de 2008, o Departamento de Estado dos Estados Unidos comunicou que a situação dos direitos humanos do Governo angolano continuava a ser difícil. A lista de violações dos direitos humanos era longa e incluía a redução do direito dos cidadãos de elegerem funcionários a todos os níveis; assassinatos ilegais cometidos pela polícia, militares e forças de segurança privadas; tortura, espancamentos, e violações por parte das forças de segurança; duras condições nas prisões; captura e detenções arbitrárias; corrupção e impunidade oficiais; ineficiência judicial e falta de independência; prolongada prisão preventiva; violação dos direitos de defesa; restrições sobre a liberdade de expressão, de imprensa, de reunião, e de associação; despejos forçados sem compensação; e discriminação, violência, e abusos cometidos contra mulheres e crianças (US Dept of State 2009a). Estas últimas práticas parecem institucionalizar os problemas de violência que são particularmente graves nas comunidades directamente afectadas pela guerra civil, incluindo a agressão sexual e a violação (UN System 2002, 41). Em 2008, a Amnestia Internacional (USA 2008) informou que os defensores e as organizações dos direitos humanos enfrentavam crescentes intimidações e ameaças num clima de liberdade de expressão limitada. O Índice de Percepção de Corrupção da Transparência Internacional classificou recentemente Angola em 142^a posição entre os 163 países examinados, indicando também que a corrupção continua a ser generalizada. Segundo, entre outras entidades, a OCDE e o Banco Mundial (2006), embora tenha havido algumas melhorias, os controlos das finanças públicas continuam notoriamente débeis, com o Governo a manter um financiamento extra-orçamental através da empresa petrolífera nacional, a Sonangol, em violação da própria legislação financeira de Angola. Uma situação semelhante com a empresa diamantífera nacional, a Endiama, sugere uma contínua ausência de fiscalização pública sobre bilhões de receitas provenientes dos recursos naturais – alimentando suspeitas de que os altos cargos governamentais mantêm práticas de partilha dos seus próprios interesses com os das firmas multinacionais petrolíferas e diamantíferas.

2.1.3. Perspectivas

O FMI e o Banco Mundial têm sublinhado repetidamente que os principais desafios socio-económicos de Angola são a redução da pobreza profundamente enraizada e a promoção do crescimento do sector privado não petrolífero, embora o FMI afirme que é um risco que “as autoridades enfrentam pressões políticas significativas no sentido de entregarem um “dividendo da paz” ao público sob a forma de melhores serviços sociais e melhores infra-estruturas” (IMF 2007, 6). Em 2007, num “Dia de Angola” do Banco Mundial, um dos analistas do Banco advertiu contra “o paradoxo da abundância”, a tendência dos países ricos em petróleo criarem burocracias centralizadas para controlarem os lucros provenientes

do petróleo, e com eles a corrupção, o desperdício, e a vulnerabilidade. Algumas das principais mensagens do relatório do Banco Mundial referiam-se ao facto de Angola precisar de concluir a transição para uma economia de mercado; que deve definir-se uma estratégia clara para gerir a crescente riqueza mineral do país; e que a qualidade e provisão dos serviços públicos aos pobres deve melhorar (Carneiro 2007). Além disso, o tempo está a esgotar-se: devido à exaustão das reservas, as receitas petrolíferas provavelmente atigirão o seu pico entre 2011 e 2013 e, subsequentemente, irão diminuir (Kyle 2007, 19-20).

Para além desta situação, temos o impacto da actual crise mundial. À primeira vista, este impacto parecia ser bastante marginal. Em Março de 2009, um outro economista do Banco Mundial (2009a) dividiu o impacto da crise em Angola em três partes. Primeiro, o impacto sobre o sector financeiro seria marginal, devido à relativa falta de integração financeira do país com os mercados internacionais. Segundo, o impacto sobre a inflação seria favorável, devido à queda dos preços das importações. Terceiro, contudo, teria de esperar-se um grande impacto negativo sobre a economia real, à medida que os preços do crude descem para níveis baixos. A dependência do país do petróleo, representando cerca de 50% do PIB, 85% das exportações e 83% das receitas governamentais em 2008, tornou as perspectivas económicas e sociais extremamente vulneráveis aos preços instáveis do petróleo – e estes preços são conhecidos pela sua volatilidade. Os cálculos do Banco Mundial (2009b) divergem do facto de a OPEP, de que Angola é membro integral desde 1 de Janeiro de 2008, ter concordado com uma redução da produção de 13% para Angola. Se, em 2009, o sector petrolífero contrair em 13% (partindo do princípio que os preços do petróleo permanecem a USD 55 por barril), o sector não petrolífero precisaria de crescer cerca de 22% para que o PIB total permanecesse igual. Uma vez que o sector não petrolífero depende fortemente das despesas públicas, os ajustamentos orçamentais provavelmente irão causar um abrandamento do sector não petrolífero, resultando por sua vez numa descida do PIB, em 2009, de cerca de 8% em termos nominais. O Banco Mundial nota que grandes cortes nos projectos de investimento tendentes a intensificar o crescimento irão prejudicar o processo de diversificação económica que o Governo encetou, inicialmente projectado para criar 320.000 novos postos de trabalho em 2009. Um decréscimo das receitas também irá enfraquecer a posição do Governo angolano de escolher cuidadosamente os parceiros de investimento orientados para o seu desenvolvimento industrial. E, mais importante ainda, os cortes nos gastos sociais irão prejudicar os pobres de forma desproporcionada (World Bank 2009b, 2009c). Podemos acrescentar que, recentemente, a Sonangol está a seguir uma política de diversificação de investidores a fim de mitigar os riscos da dependência de algumas grandes multinacionais petrolíferas ou parceiros comerciais influentes, incluindo a China. Quanto a atrair financiamento, Angola está a contrair empréstimos de forma crescente da UE, Canadá e Brasil (Embassy 2008; Corkin 2009).

Desde Maio de 2009, quase todos os principais economistas e instituições internacionais têm revelado um crescente pessimismo sobre as perspectivas dos países em vias de desenvolvimento face à crise. Uma nota de pesquisa do Banco Mundial com data de Julho de 2009 afirma claramente: “A crise económica mundial está a expor os agregados familiares em virtualmente todos os países em desenvolvimento a um aumento do risco da pobreza e de privações”, acrescentando “Embora a curto prazo, os que não são pobres possam ser os mais afectados pela crise, a experiência de crises económicas e financeiras do passado sugere que, a médio prazo, os impactos adversos provavelmente se irão alargar aos agregados familiares pobres.” A nota classifica Angola entre os cerca de 40 países em desenvolvimento com elevada exposição aos efeitos da crise sobre a pobreza; além disso, segundo os peritos do Banco Mundial, o país tem pouco espaço de manobra para mobilizar financiamento adicional

interna e externamente, sem pôr em risco a estabilidade macro-económica ou a sustentabilidade da dívida (Cord *et al* 2009).

2.2. Comunicação

São absolutamente essenciais para o projecto DECISÕES PARA TODA A VIDA recursos de comunicação adequados. É preciso ter consciência que uma grande parte das infra-estruturas de Angola foram danificadas ou permaneceram pouco desenvolvidas devido à guerra civil. São raras as linhas de telefone fixo – cerca de 98.000 em 2006. Até 2005, a Angola Telecom, detida pelo Estado, tinha o monopólio da rede de linhas fixas; a procura ultrapassou a capacidade, os preços eram elevados, e os serviços maus. Um guia de viagem (World Travel) na Internet afirmou recentemente que “Os serviços de telecomunicações internos e internacionais são pouco fiáveis, perdendo-se frequentemente as ligações”, sugerindo que esta situação também se aplica à rede de telemóveis. A Angola Telecom estatal iniciou os serviços celulares em 1993. Em 2008, teve de privatizar a Movitel, a sua subsidiária de serviços celulares, através da venda de 80% das suas acções à ZTE, empresa chinesa. Algum tempo antes, a Movitel anunciara que tinha 2 milhões de clientes (ANIP Bulletins 5/47, 5/42). A Unitel, prestadora de serviços celulares privada, iniciou as suas operações em 2001, e cobre agora todas as cidades e estradas principais através de GSM 900. Já em 2007, estavam em uso 3.3 milhões de telemóveis, um para cada cinco Angolanos (CIA World Factbook). A cobertura da Internet é baixa mas em rápido crescimento, subindo de 170.000 utilizadores de Internet em 2005 para 498.000 em 2007, 3% da população (<http://www.internetworldstats.com>). Em 2008, o país tinha apenas 3.562 hospedeiros de Internet (CIA Factbook).

Um prestador de serviços comerciais declarou recentemente que o crescimento deste sector estava a ser reprimido pelos preços monopolísticos da banda larga internacional, mas que se esperava que esta situação se alterasse com a chegada dos novos cabos submarinos de fibra óptica, que deverão chegar ao país a partir de 2009. Segundo o Departamento de Estado dos EU(2009a), indivíduos e grupos podem envolver-se na expressão pacífica de opiniões através da Internet, incluindo por correio electrónico; no entanto, tem havido informações que o Governo monitoriza as salas de conversação na Internet e os sítios Web e, por vezes, exerce pressão no sentido de ser removido material dito difamatório dos sítios Web. Segundo a mesma fonte, a disponibilidade de serviços de Internet e de ciber-café aumentou durante 2008, embora o elevado custo dos serviços de Internet os coloque fora do alcance da maioria dos cidadãos.

A constituição e a lei de Angola estabelecem a liberdade de expressão e de imprensa. No entanto, as regras governamentais e os meios de comunicação independentes fora da capital, Luanda, têm limitado estes direitos na prática. A imprensa, televisão e rádio foram nacionalizadas em 1976. O Governo controla a única agência noticiosa (ANGOP), o único diário (Jornal de Angola), a estação nacional de rádio (Rádio Nacional de Angola, RNA) e, até 2006, também controlava a rede nacional de televisão (Televisão Popular de Angola, TPA). Em Novembro de 2006, a Human Rights Watch acolheu cautelosamente alguns aspectos de uma nova Lei de Imprensa que acabou com o monopólio estatal sobre as difusões televisivas e criou um serviço de teledifusão pública (Foley 2007, 14). Há um pequeno segmento de imprensa independente, incluindo alguns semanários, uma estação de televisão local, um canal de televisão privado, e algumas estações de rádio locais. A rádio é, de longe, o meio de comunicação de massas mais importante. Infelizmente, apenas números mais antigos dão uma indicação da sua cobertura. Um levantamento de 1996 indicava que 51% dos agregados familiares urbanos e 22% dos agregados familiares rurais tinham aparelhos de rádio, proporcionando uma

cobertura nacional de 33%, enquanto números muito mais elevados de agregados familiares tinham, e continuam a ter, acesso à rádio através dos aparelhos dos vizinhos (UN System 2002, 45). No entanto, outras estações de rádio e de televisão que não sejam as controladas pelo Governo apenas são autorizadas a emitir localmente: as autoridades não permitem que as estações independentes usem retransmissores a fim de expandir o alcance do seu sinal, embora, por lei, elas devessem abrir estações de rádio em todas as províncias a que desejem chegar. Também não foi concedida uma licença à Rádio Ecclésia, estação católica frequentemente citada no estrangeiro, para cobrir mais do que Luanda. Além disso, tanto a publicidade governamental como a do sector privado é desencorajada nos jornais independentes e, portanto, a viabilidade financeira dos meios de comunicação independentes está sempre em questão. Há informações frequentes que as autoridades prendem, importunam e intimidam jornalistas independentes. Em consequência, os activistas dos direitos humanos e os jornalistas praticam a auto-censura (fontes: <http://www.journalism.co.za/>; BBC-News; US Dept of State 2008, 2009a).

2.3. A estrutura do mercado laboral por sectores

Com base em estimativas da OIT de 2002, dos 5.0 milhões de pessoas economicamente activas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos em Angola (ver secção 2.6.3), 73%, ou cerca de 3.650.000 pessoas, estavam envolvidas em actividades agrícolas. Em 2001-2002, cerca de 80.000 destas pessoas estavam envolvidas na agricultura comercial, enquanto que todas as outras baseavam a sua existência na agricultura de subsistência. Outros 10%, ou aproximadamente 500.000 pessoas, estavam envolvidos em qualquer forma de indústria, e 17%, ou cerca de 850.000, nos serviços. Destas 1.350.000 pessoas, calcula-se que 200.000 que trabalhavam no funcionalismo público e em actividades de (re)construção controladas pelo Governo eram definitivamente assalariadas. Das restantes 1.150.000 pessoas, aproximadamente 420.000 tinham uma relação laboral formal, enquanto cerca de 730.000 tinham trabalho informal (UN System 2002). Se incluirmos as que vivem da agricultura de subsistência, estes números podem elevar o total de pessoas activas entre os 15-64 anos no sector informal para 4.3 milhões, mais de seis vezes as 700.000 que trabalham no sector formal, como empresários e assalariados. Estes cálculos enquadram-se bem nos números do levantamento da UNICEF de 2001, que mostram que 85% dos chefes de família do sexo feminino e 75% dos chefes de família do sexo masculino trabalhavam por conta própria ou em empresas informais no sector privado (ADB/ADF 2008, 14). Com 55-57%, as mulheres constituem a maioria no sector informal – 52-54% trabalham na agricultura e só 3% noutras indústrias como actividade principal (UNDP/UNPF 2004). Contudo, a partir destes números, pode calcular-se o número de assalariadas em 2001-02 em apenas 160.000, 23% da mão-de-obra total do sector formal.

No Quadro 2 (página seguinte), reproduzimos os resultados de um levantamento sobre o emprego urbano efectuado pelo INE em 2001, a fim de apresentar uma panorâmica mais detalhada da estrutura do mercado laboral urbano e das suas diversas formas de emprego. Se se adicionar os indivíduos que trabalham por conta própria, as trabalhadoras domésticas, os trabalhadores familiares não remunerados e “outros”, pelo menos 43% podem ser incluídos no sector informal. O levantamento revelou que uma maioria da juventude urbana em 2001 acabara por trabalhar por conta própria no sector informal: 56% dos que estavam empregados entre as idades de 20 e 24 trabalhavam por conta própria, 13% pontos mais do que para todos os indivíduos (INE 2001, citado em Ryan 2007). Como descreveu um relatório das Nações Unidas, a maioria sobrevivia com dificuldade vendendo mercadorias nos mercados e nas ruas (UN System 2002, 58). A categoria masculina dos indivíduos com menos de 30 anos é considerada bastante atreita à criminalidade; particularmente em Luanda, a incidência de crime é elevada e crescente, também em gravidade (Embassy 2008, 2009).

Quadro 2 Emprego urbano por população, Angola, 2001 (número de pessoas)

	x 1.000	percentagem
administração pública	111	8.5
empresário /trabalhador privado	420	32.1
empresário /trabalhador público	215	16.5
trabalhador por conta própria	456	34.9
trabalhador doméstico	7	0.5
cooperativa	4	0.3
trabalhador familiar não pago	16	1.2
outro	78	6.0
Total	1,307	100.0

Fonte: Levantamento do trabalho urbano realizado pelo INE em 2001, citado em Ryan 2007

No Quadro 3, tentámos retratar o desenvolvimento entre 2001-2 e 2007 de três importantes componentes do sector formal: o funcionalismo público, incluindo o trabalho na (re)construção controlada pelo estado; companhias para-estatais, e o sector privado. Tentámos abordar a situação de 2007 usando tantas fontes quanto possível. O quadro indica um aumento de quase 40%, mas unicamente devido a uma enorme expansão do funcionalismo público, incluindo a (re)construção.

Quadro 3 Emprego no sector formal, Angola, 2000-01 e 2007 (número de pessoas, x 1.000)

	2000-01	2007
sector privado	400	390
empresas para-estatais	100	80
funcionalismo público, incl. (re)construção	200	500
Total	700	970

Fontes: 2000-01: UN System 2002, 44; 2007: estimativas dos autores baseadas em diversas fontes (a.o. ANIP Bulletins)

Na secção 2.6.3 (quadro 4), apresentámos em pormenor os números relativos ao sector formal para 2007; calculámos as percentagens de emprego feminino para sete indústrias importantes. Os resultados sugerem que o crescimento do emprego feminino representa dois quintos do recente crescimento do emprego no sector formal.

2.4. Legislação e relações laborais

2.4.1. Legislação

Angola ratificou as oito Convenções fundamentais da OIT sobre o Trabalho, a saber, 29, 87, 98, 100, 105, 111, 138 e 182 (Informação da ITUC). A adopção da Lei de Revisão Constitucional de Maio de 1991 foi acompanhada por uma série de outras leis que instituíram reformas, sobre associações, removendo assim anteriores restrições à formação de organizações da sociedade civil, sobre partidos políticos,

abrindo o caminho para um sistema político multipartidário, sobre o direito de reunião e manifestação, sobre greves, sobre a imprensa. Além daquilo que mencionámos acerca da governação, é relevante registar que, em Novembro de 2008, Angola ratificou o Protocolo da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos referente aos Direitos das Mulheres em África e aderiu ao Protocolo Facultativo das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Amnesty International USA 2008). Em geral, as leis angolanas não são discriminatórias; o sufrágio é universal e as mulheres têm os mesmos direitos que os homens para se candidatarem a eleições e exercerem cargos públicos. Contudo, um importante ponto fraco é a sua aplicação. Segundo a professora de economia angolana, Dr^aAna de Carvalho Rufino e Menezes, mais conhecida no país como Irmã Ana, a posição das mulheres em Angola, em geral, é mais difícil do que em Moçambique; no seu país, muito mais frequentemente do que acontece em Moçambique, as mulheres têm de exigir que as leis sejam aplicadas sem discriminar contra elas (<http://www.droitshumains-geneve.info/Angola-Mozambique-Women-Face,1507>).

A maioria dos regulamentos atinentes ao trabalho e a a licenças com interesse para as mulheres jovens que constituem o grupo-alvo do projecto DECISÕES PARA TODA A VIDA foi definida na *Lei Geral do Trabalho* (General Labour Law n.º. 2/2000). Os seguintes artigos são particularmente importantes:

- (Maternidade e Trabalho) “O Estado promoverá as medidas necessárias no sentido de assegurar aos cidadãos o direito a assistência médica e saúde, e o direito a cuidados na infância, maternidade, invalidez, velhice e em qualquer situação de incapacidade para trabalhar.” (incluído no art. 47 na Constituição de Setembro de 2008)
- (Licença de parto) “As trabalhadoras terão direito a licença de parto de três meses, que deverão iniciar quatro semanas antes da esperada data do parto. O restante período será gozado consecutivamente (.....) Depois da licença de parto, a trabalhadora pode continuar de licença, durante um período máximo de quatro semanas, para tomar conta do filho. O período adicional de licença sem vencimento apenas pode ser tomado mediante participação prévia à entidade patronal (declarando a duração da licença) e apenas quando a empresa não tiver qualquer jardim de infância ou infantário.”¹ (art. 272 da Lei Geral do Trabalho).
- (Igualdade de remuneração, proibição de discriminação) “A legislação do trabalho determina que trabalho igual ou trabalho de valor igual deve receber remuneração igual. A lei do trabalho proíbe a discriminação em geral, e a discriminação do género em particular.” (art. 164)
- (Duração do tempo de trabalho) “1. Excepto conforme estipulado pela lei de outra forma, o período normal de trabalho não deve exceder os seguintes limites: (a) 44 horas por semana (b) 8 horas por dia; 4. Os limites máximos do tempo de trabalho normal diário e semanal podem ser reduzidos ao abrigo de um acordo colectivo de trabalho ou por despacho conjunto do Ministro do Trabalho e do Ministro da tutela da actividade em questão, em actividades onde o trabalho seja realizado em condições particularmente desagradáveis, cansativas ou perigosas ou que tragam riscos para a saúde dos trabalhadores.” (art. 96)

¹ Durante a licença de parto de três meses, a trabalhadora tem direito a uma prestação da segurança social se estiver segura no sistema de segurança social durante pelo menos seis meses nos últimos 12 meses, de acordo com a fórmula $SM = R \times 90$ (parto normal) ou $SM = R \times 120$ (diversos filhos), onde R é a remuneração média diária, baseada no salário médio nos últimos dois meses antes do parto.

- (Períodos de descanso) “1. O tempo normal de trabalho diário deve ser interrompido por um intervalo para descanso e para refeição não inferior a uma hora e não superior a duas horas, de tal forma que os trabalhadores não trabalhem mais de cinco horas de tempo normal de trabalho, consecutivamente.” (art. 97)
- (Encerramento semanal) “1. Os estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços devem suspender o trabalho ou encerrar durante um dia inteiro por semana, que será ao domingo, excepto no caso de processamento contínuo ou sempre que as actividades realizadas não possam ser suspensas nesse dia, por motivos de interesse público ou razões técnicas.” (art. 125)
- (Liberdade para aderir a um sindicato) “Ao abrigo da lei do trabalho, trabalhadores e entidades patronais têm o direito de se organizarem em associações profissionais e sindicatos.” (art. 6)
- (Saúde e segurança no trabalho) “É uma obrigação geral da entidade patronal, relativamente à segurança e higiene no trabalho, tomar as medidas necessárias para a organização apropriada da empresa ou do local de trabalho, a fim de garantir o desenvolvimento físico, mental e social normal dos trabalhadores e a protecção contra acidentes e doenças profissionais.”
- (Direito à formação profissional) “A formação profissional é concebida de forma sistemática para proporcionar aos trabalhadores teoria e prática de formação geral com vista a obterem uma qualificação, formação para as tarefas inerentes ao posto de trabalho ou a outros sectores de produção e serviços e para aumentar o seu nível de formação técnica.” (art. 44)

2.4.2. Relações laborais

É difícil calcular a densidade sindical angolana recente. Por volta de 2005, diversas fontes partiram do princípio que os sindicatos angolanos organizavam cerca de 200.000 trabalhadores. Projectando este número contra uma mão-de-obra da ordem de 800-850.000 no sector formal (extrapolada do nosso Quadro 2), isto poderia implicar uma densidade sindical de 23-25%. No entanto, uma mensagem em Maio de 2008 no diário *Jornal de Angola*, apoiado pelo Estado, mencionou mais de 300.000 trabalhadores sindicalizados, embora se sugerisse que uma minoria trabalhava no sector informal (<http://www.jornaldeangola.com/artigo.php?ID=104682>). Esta mensagem pode implicar uma densidade global de 26-28% em 2008. Com base nos números apresentados em seguida, calculamos que a densidade sindical das mulheres no sector formal, em 2008, rondava os 20%. A filiação sindical estava dividida entre os sindicatos filiados em três (con)federações sindicais, assim como três sindicatos independentes (ver também o Quadro 6):

- UNTA-CS (União Nacional dos Trabalhadores de Angola);
- CGSILA (Central Geral de Sindicatos Independentes e Livres de Angola);
- FSA-CS (Força Sindical Angolana – Central);
- SIMA (Sindicato Independente dos Marítimos de Angola)
- SNEBA (Sindicato Nacional dos Empregados Bancários de Angola);
- SINPTENU (Sindicato Nacional dos Professores e Trabalhadores do Ensino Não-Universitário).

A UNTA-CS é a (con)federação sindical mais antiga e de maior dimensão. Funcionando lado a lado com o MPLA, a UNTA desempenhou um papel importante na luta de libertação e na guerra civil. Antes de 1991, era a única federação sindical autorizada. No decurso dos anos 2000, afrouxou até certo ponto os seus laços com o partido no poder. A UNTA-CS tem dez filiadas directas, das quais oito são federações

de direito próprio e duas são sindicatos. Algumas destas federações congregam grupos semelhantes a sindicatos, como faz a FENSTACH (Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Alimentar, Comércio e Hotelaria) com 20 sindicatos, com uma maioria de cerca de 90% de membros no sector informal. A FENSTACH tem o seu próprio Comité das Mulheres. Relativamente a 2008, no seu sítio Web, a UNTA-CS reivindicava uma filiação de 159.000 membros, dos quais ligeiramente mais do que 50.000 eram mulheres (32%). Referia-se a 414.000 trabalhadores (dos quais 140.500 eram mulheres) nas zonas “controladas” pelos sindicatos filiados, implicando uma “densidade sindical da UNTA” de 38% e uma “densidade sindical de mulheres da UNTA” de 36%. A UNTA-CS alega estar representada em 2.865 delegações sindicais de base (Estruturas de Base), com 9.202 militantes (Dirigentes de Base), dos quais 2.310 são do sexo feminino (25%). Isto equivale à percentagem de trabalhadoras no sector formal.

Em 2005, o Comité Nacional das Mulheres foi incluído na UNTA-CS. O Comité Nacional sublinhou as enormes lacunas a nível de trabalho para mulheres, e o facto de as mulheres no sector informal, como as trabalhadoras domésticas, carecerem de direitos legais como empregadas (ADB/ADF 2008, 14). Relativamente ao período 2009-2013, o programa de acção deste Comité centra-se na promoção do trabalho domiciliário; medidas que beneficiem as trabalhadoras e divulgação das leis; acções que conduzam a uma maior participação das mulheres no movimento sindical, e à realização de campanhas e acções de educação e informação sobre o VIH/SIDA e outras doenças transmitidas sexualmente (ANGOP 2009). A UNTA-CS envida claramente esforços no sentido de conseguir uma cobertura a nível nacional, com representação nas 18 províncias. Embora no passado estivesse filiada na WFTU, sediada em Praga, actualmente a UNTA-CS é membro da ITUC.

Em 1996, a CGSILA, com o auxílio da confederação mundial ICFTU, separou-se da UNTA-CS, tendo esta última federação sido considerada ter laços muito estreitos com o Governo. A SINPROF, o sindicato de professores, ainda parece ser o seu baluarte. Após ter sido apontada durante anos por fontes internacionais como tendo uma filiação de 51.000, em Maio de 2008 o Jornal de Angola, favorável ao Governo, referiu 92.000 membros de sindicatos filiados na CGSILA. A CGSILA também é membro da ITUC. Descobrimos muito pouca informação sobre a federação mais recente, a FSA-CS. Se os números estiverem correctos, os 60.000 membros que o Jornal de Angola atribuiu a esta federação na mesma altura (1 de Maio de 2008) podem reflectir um êxito notável.

Os sindicatos independentes têm uma existência difícil. Em 2007, um deles, o STAD, que organiza os guardas e as empregadas domésticas, aderiu à UNTA-CS. Por essa altura, os seus membros, outrora 14.000 em número, tinham diminuído para menos de 2.000. Em 2005, a liderança do SNEBA, o sindicato dos empregados bancários, disse a um funcionário da UNI, federação sindical mundial na qual o SNEBA estava filiado, que tanto nos bancos públicos como privados, os membros do sindicato tinham receio de perseguições por parte da direcção se se descobrisse a sua filiação no SNEBA. Na altura, havia 12 bancos em Angola (três públicos e nove privados) com 5.000 funcionários, e os membros do SNEBA ascendiam a 2.200. A indústria tinha um acordo colectivo de trabalho em vigor, subscrito por 11 bancos (UNI Africa website). O sindicato independente dos trabalhadores marítimos, SIMA, deixou de poder ser encontrado na lista de membros da Federação Internacional dos Trabalhadores de Transporte (ITF). Por outro lado, um novo sindicato de professores, o SINPTENU, foi lançado em 2008 (<http://allafrica.com/stories/200802270003.html>).

O Governo de Angola é a maior entidade patronal do país. Os salários no Governo são estabelecidos anualmente, após consulta com os sindicatos, mas sem negociações directas. A ITUC (2008) informa que, em Angola, é reconhecido o direito à greve, embora seja estritamente regulamentado. A lei não contém quaisquer medidas eficazes para proibir a retaliação dos empregadores contra os grevistas, e o Governo

pode forçá-los a regressarem ao trabalho sob diversos pretextos. A lei proíbe greves das forças armadas, polícia, guardas prisionais e bombeiros. Em Fevereiro de 2006, a Lei da Greve foi revista e os sindicatos apelaram a uma genuína consulta tripartida de modo a garantir que a Lei cumpra integralmente as normas laborais internacionais. Já a Lei Geral do Trabalho de 1981 reconhecia a liberdade das negociações colectivas de organizações patronais e sindicais (art. 6). De igual modo, é proibida a discriminação contra os sindicalistas. No entanto, segundo a ITUC, estes direitos não são aplicados de forma consistente.

Também fora do sector governamental no seu sentido estrito, a influência do Governo sobre as negociações colectivas e a fixação de salários ainda parece muito grande. Existe um Conselho Nacional para o Diálogo Social, onde as federações sindicais e a associação patronal (a Câmara de Comércio e Indústria) se reúnem, mas essas reuniões parecem limitar-se a preparar pareceres ao Governo sobre o aumento do salário mínimo legal (ver secção seguinte). Pode ser um sinal vago que o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS) não publica nada sobre os direitos dos trabalhadores mas, em vez disso, lançou, por exemplo, recentemente um programa nacional intitulado “Mais disciplina, mais produção, para uma vida melhor”, conforme se afirma num folheto informativo “(...) visando sensibilizar os trabalhadores a cumprirem a lei do trabalho, e a oferecer um incentivo em direcção à observação da disciplina, contribuindo desse modo para aumentar a produção, produtividade, estabilidade, crescimento e paz social” (<http://allafrica.com/stories/200903160039.html>).

O comentário da ITUC citado acima está em conformidade com aquilo que porta-vozes das duas maiores federações sindicais têm afirmado publicamente sobre a frequente repressão patronal, não raras vezes sugerindo que os funcionários governamentais apoiam estas entidades patronais. Estas federações, assim como representantes dos sindicatos independentes, sublinharam a falta de conhecimentos sobre questões económicas e jurídicas por parte dos sindicatos, e a necessidade de haver formação sobre negociações colectivas. Como outra questão merecedora de melhoramento, referiram a fraca utilização das novas tecnologias para informar e comunicar com os membros (a.o. UNI Africa website, diversas mensagens em www.allAfrica.com). Actualmente, a UNTA-CS é o único órgão sindical angolano com o seu próprio sítio Web.

2.5. Salário mínimo e pobreza

2.5.1. Salário mínimo legal

Já na década de 1980, o governo angolano definiu um salário mínimo legal; actualmente, o seu carácter vinculativo está estabelecido no parágrafo 4 do art. 164 da Lei Geral do Trabalho de 2000. No decurso do período 2001-07, o aumento real parece ter sido bastante pequeno; a OIT (2008, Appendix Table A2) calcula uma taxa de crescimento anual real durante este período de 2.8%. Num Decreto com data de Maio de 2008, o Governo especifica que “(...) os salários não podem ser inferiores ao que for estabelecido no acordo colectivo aplicável ou, na sua ausência, ao salário mínimo nacional garantido (actualmente, 8.609 kwanzas [por mês], excepto nos casos previstos pela lei”. Recalculado este valor em USD PPP, isto ascendia a USD 126 por mês. Obviamente, esta mensagem dizia apenas respeito ao salário básico mínimo nacional que foi fixado em 7.420 kwanzas a partir do dia 1 de Abril de 2007, implicando uma subida de 16% comparado com essa taxa básica. No entanto, a 1 de Abril de 2007, também havia um salário mínimo fixado em 9.275 kwanzas para os sectores dos transportes, serviços e indústria transformadora, enquanto que o salário mínimo para a indústria mineira em 2007 fora fixado

em 11.130 kwanzas (ANIP Bulletin 2007, 4/30). Com base nos números de 2007, os valores do salário mínimo variavam entre 42 e 51% do salário médio que calculámos para o sector formal. Não encontramos informação sobre que valores para os sectores dos transportes, serviços e indústria transformadora, e ainda para a indústria mineira, foram aumentados em 2008 (se é que o foram).

Em todo o caso, continua a haver alguma incerteza quanto à concretização dos aumentos (anuais) e, caso concretizados, sobre a forma como são comunicados e efectuados. Nos últimos anos, o Comité da OIT sobre a Convenção N° 26, a Maquinaria de Fixação do Salário Mínimo, questionou repetidamente o papel dos sindicatos e associações patronais angolanas na preparação dos aumentos da taxa do salário mínimo nacional, a clareza da legislação e a aplicação da lei. Por exemplo, em 2004, o Comité da OIT pediu ao Governo angolano que “(...) que especificasse o instrumento estatutário que estabelece o salário mínimo no seu nível actual e que enviasse uma cópia desse documento”. O Comité também observou nessa ocasião que “gostaria de receber informações adicionais sobre o funcionamento do sistema de inspecção que garante a aplicação do salário mínimo nacional.” Em 2006, o Comité “ficaria grato se o Governo fizesse um esforço no sentido de recolher e comunicar, no seu próximo relatório, informações concretas sobre o efeito dado, na prática, à Convenção [N° 26], incluindo, por exemplo, extractos de relatórios ou estudos oficiais relacionados com o salário mínimo nacional, levantamentos, documentos de formulação de políticas ou outros documentos semelhantes emitidos pelo Conselho Nacional para o Diálogo Social, estatísticas sobre o número de trabalhadores abrangidos pela legislação relevante ou remunerados à taxa de salário mínimo, dados sobre as visitas de inspecção e os resultados obtidos em questões cobertas pela Convenção, etc.” (ILO, ILOLEX). Tanto quanto conseguimos descobrir, esses documentos nunca chegaram ao Comité.

2.5.2. Pobreza

Relativamente a 2000-06, o PNUD calculou que mais de dois terços (70%) da população angolana, em média mais de 10 milhões de pessoas, viviam abaixo do limiar de pobreza usado pelas Nações Unidas,² isto é, inferior a USD 2 por dia (em termos do PPP): 57% nas zonas urbanas e 94% nas áreas rurais. Em 2000, uma maioria da população, 54%, tinha mesmo de sobreviver com um rendimento inferior a USD 1 (PPP) por dia. Se se aplicar esta medida de USD 1, Angola está em pior situação do que a África do Sul (26%) e o Botswana (31%), mas em melhor situação do que a Zâmbia (64%), o Malawi (74%), e Moçambique (75%) (*Indicador ODM 1.1*, com base nos Indicadores ODM das Nações Unidas). Além disso, em 2006, quatro milhões de pessoas tinham de sobreviver abaixo do limiar de pobreza extrema de USD 0.75 por dia (UNDP 2006a; UNDP 2008; WDI 2008 Suppl). Embora o Governo reivindique uma descida de 12% na incidência dos indivíduos que se encontravam abaixo do limiar de pobreza de USD-2-por-dia em 2002-2007, o centro de investigação da Universidade Católica de Angola sustenta que, em 2007, dois em três Angolanos continuavam a viver com USD 2 ou menos por dia (NYT 2007). Relativamente a 2000, as Nações Unidas calcularam a proporção de consumo dos indivíduos mais pobres em 2.0% (*Indicador ODM 1.3*, com base nos Indicadores ODM das Nações Unidas). Na perspectiva internacional, trata-se um de uma percentagem extremamente baixa, comparada, por exemplo, com Moçambique (5.4% em 2003) e com a África do Sul (3.1% in 2000). Tendo em conta os acontecimentos na década de 2000, é pouco provável que a percentagem angolana tenha subido acima dos 3%. Embora não existam provas concretas, a mobilidade para escapar à pobreza parece muito baixa.

² As autoridades angolanas não usam um limiar de pobreza nacional.

A pobreza não pode ser separada da desigualdade. Como afirmou um relatório do PNUD (2006a, 6), "Um outro indicador que ilustra claramente o nível de pobreza é o grau de desigualdade na distribuição da riqueza." Segundo os termos do coeficiente de Gini, medida da distribuição de rendimentos que considera 0 como a igualdade perfeita e 100 como a desigualdade perfeita, a desigualdade em Angola aumentou de 0.52 para 0.62 entre 2000 e 2005, de acordo com o PNUD. Já em 1995 até 2000-01, aumentou a desigualdade urbana: o coeficiente de Gini nas zonas urbanas aumentou de 0.45 para 0.51 e, aqui, a proporção dos agregados familiares que vivem abaixo do limiar de pobreza extrema subiu para 25%, comparado com 12% em 1995. A pobreza é ainda mais grave nas zonas rurais. Um levantamento de 1998 constatou que uma grande maioria dos agregados familiares rurais ficava com pouco para gastar depois de satisfazer as suas necessidades alimentares básicas. Na generalidade, 76% das despesas dos agregados familiares rurais prendiam-se com a alimentação, uma proporção que atingia os 81% para os 25% mais pobres (UN System 2002). Com base nestes números, as organizações das Nações Unidas em Angola defendiam em conjunto que uma "estratégia de redução da pobreza eficaz não apenas vai exigir elevadas taxas de crescimento, mas também medidas no sentido de interromper e inverter a tendência para uma maior desigualdade na distribuição de rendimentos" (UN System 2002, V).

O principal economista do PNUD em Angola, Michel Botomazava, tem defendido que, entre os factores que contribuíram para a disparidade da riqueza, estava a natureza intensiva do capital no sector petrolífero, enquanto que outros sectores da economia tinham entrado em colapso durante as três décadas de guerra civil: "Há muito poucas pessoas que trabalham no sector [petrolífero]. Esta é a principal razão pela qual as desigualdades estão a aumentar, visto que as receitas petrolíferas beneficiam apenas muito poucos grupos." Contudo, "existe o sentimento que o Governo está a esbanjar dinheiro em elefantes brancos", acrescentou Botomazava. Referia-se à falta de fiscalização pública sobre a porção do orçamento governamental dedicada a "utilização especial", que calculou em um sexto desse orçamento (<http://www.irinnews.org/Report.aspx?ReportId=61395>), indicando apenas alguma diminuição quando comparado com o dispêndio governamental 'inexplicado' e "extra-orçamental" que o FMI revelou relativamente aos anos compreendidos entre 1996 e 2001 (Meredith 2005, 614). A partir da sede presidencial no Futungo de Belas, os indivíduos que gozam do patrocínio presidencial – os *futungos* – têm sido bem tratados. Segundo a Economist Intelligence Unit, em 2003, 59 angolanos tinham fortunas que excediam USD 50 milhões, ascendendo a cerca de USD 4 mil milhões no seu conjunto. O Presidente José Eduardo dos Santos foi classificado como o mais rico dos ricos, enquanto que seis dos sete indivíduos mais ricos eram funcionários governamentais de longa data; o sétimo era um funcionário recentemente reformado (Meredith 2005, 616).

A distribuição da pobreza em Angola depende fortemente do género. Embora estejam disponíveis avaliações da pobreza específicas do género em grau muito limitado, e particularmente os próprios retratos dos pobres primem pela sua ausência, pode pressupor-se que, dada a situação social, cultural, económica e política em Angola, a pobreza atinge as mulheres e as crianças de forma particularmente dura. Em média, a pobreza é mais elevada nos agregados familiares chefiados por mulheres, situação que também é particularmente evidente nas zonas rurais. Muitas mulheres são também chefes de família *de facto*, devido ao facto de serem membros de agregados poligâmicos, à migração da mão-de-obra masculina ou ao serviço militar obrigatório. A proporção de agregados familiares chefiados por mulheres é referida como 31% e, segundo um levantamento efectuado pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MINADER) e pela FAO em 2004, eles constituem a maioria na categoria dos agregados familiares que vivem em pobreza extrema; com base neste levantamento, a proporção dos agregados familiares chefiados por mulheres entre os 20% mais pobres pode ser estimada em 60%.

Ao contrário do desenvolvimento económico do país na década de 2000, o progresso social continua limitado, e a maioria dos Angolanos continua a enfrentar terríveis condições de vida, incluindo taxas de mortalidade infantil altíssimas, água não potável, e analfabetismo generalizado. A classificação atribuída a Angola no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD, mencionado anteriormente, melhorou uns modestos 0.034 pontos durante 2000-06, elevando-o para 0.484 em 2006. Nesse ano, o país ficou classificado em 157º lugar, de um total de 179 países, ligeiramente acima da classificação do Malawi e da Zâmbia mas abaixo da classificação atribuída à Tanzânia e ao Uganda. De acordo com as avaliações do PNUD, a posição do IDH de Angola estava 50 lugares abaixo da sua classificação para o PIB per capita – a quarta maior diferença do mundo entre as duas classificações, social e económica. Mais uma vez, estes resultados devem ser analisados contra o curto período dedicado à reconstrução após o fim da guerra civil. O PNUD não inclui ainda Angola nos cálculos do Índice de Desenvolvimento ajustado ao Género (IDG), conforme o fez relativamente aos seus países vizinhos, obviamente porque continua a faltar a informação sobre o género relativa à inscrição escolar (UNDP 2008). O Índice do Fosso do Género do Fórum Económico Mundial coloca Angola em 114ª posição, entre 130 países, em 2008, a mesma pontuação para o fosso do género do que em 2007, mas descendo na classificação, de acordo com a melhor posição relativa das mulheres noutros países (Hausmann *et al* 2008).³

2.6. Demografia e mão-de-obra feminina

2.6.1. População e fertilidade

Relativamente a 2007, as fontes das Nações Unidas calculam a população angolana em aproximadamente 17.100.000 habitantes, dos quais 9 milhões têm menos de 18 anos (UNICEF Statistics). Houve uma estimativa das Nações Unidas comprovada em 2005 de 16.090.000 pessoas: 8.160.000 mulheres e 7.930.000 homens, implicando um quociente de 103.0 mulheres por 100 men (UN2007). É preciso sublinhar-se que, na actual situação angolana, onde existem, entre outros factores, elevados números de refugiados que regressam ao país, e onde os nascimentos frequentemente não são registados⁴, a contagem da população continua a ser extremamente difícil e, por necessidade, inexacta. Na sua maioria, as fontes americanas apontam números referentes à população total angolana muito mais baixos do que as fontes das Nações Unidas, como o facto de o CIA World Factbook se referir a 12.800.000 pessoas em Julho de 2009. Mais uma vez de acordo com as fontes das Nações Unidas, a taxa de crescimento anual da população e da mão-de-obra em 2001-07 era 2.9%, taxa essa que decresceu em 2008 para 2.1%. Em 1970, apenas 14% da população angolana vivia nas zonas urbanas mas,

³ Para ser incluído neste índice, um país precisa de ter dados disponíveis para um mínimo de 12 indicadores, entre 14 variáveis; a Angola faltava um indicador (Hausmann *et al* 2008, 7). O índice classifica a participação económica e a oportunidade; a consecução da educação; a saúde e sobrevivência, e autonomização política.

⁴ Um relatório das Nações Unidas (System 2002) afirma que é importante “chamar a atenção para a ausência de um sistema de registo vital eficaz e abrangente, o que priva muitas crianças angolanas (e, mais tarde, os adultos) da documentação legal necessária para provar a sua identidade e nacionalidade. O levantamento do MICS de 2001 constatou que apenas 29% das crianças com idades compreendidas entre os 0-59 meses possuem documentos de registo de nascimento (34% nas zonas urbanas e 19% nas zonas rurais acessíveis). Embora a percentagem suba progressivamente com a idade, 55% das crianças ainda não estão registadas quando atingem a idade de 48-59 meses (...) o elevado custo do registo é o motivo principal para o não registo” (40).

recentemente, a percentagem da população urbana foi calculada a uma taxa não inferior a 57%, uma das mais elevadas do mundo. Subsequentemente, calcula-se que a taxa de urbanização anual relativa ao período 2005-2010 é de 4.4%. Já em 2002, a população da capital, Luanda, ultrapassava os 3 milhões; fontes das Nações Unidas e americanas sugerem que, na realidade, cerca de um terço da população total vive nesta cidade, ou perto dela. A idade média é baixa: 18.0 anos na globalidade, tanto para homens como para mulheres. A taxa de natalidade calculada para 2009 é de 43.7 nascimentos por 1.000 habitantes, a taxa de mortalidade calculada para 2008 é de 24.4 mortes por 1.000. Em 2000, as mulheres com idades compreendidas entre os 15-49 anos deram à luz, em média, 6.5 filhos; em 2009, esta taxa de fertilidade total (TFT) era algo mais baixa mas, com uns estimados 6.12 pontos percentuais, ainda muito elevada – a segunda maior do mundo. Para uma indicação da situação do grupo-alvo do projecto DECISÕES PARA TODA A VIDA, a taxa de fertilidade das adolescentes (nascimentos por cada 1.000 mulheres com idades entre os 15-19 anos) assume particular importância. Em 2005, esta taxa era de 139 – um número também elevado, mesmo quando comparado com a maior parte dos países vizinhos. Na situação actual, até à idade de 16 anos, cerca de 20% de todas as mulheres/raparigas angolanas estão (estiveram) grávidas e, até aos 20, cerca de 70% de todas as mulheres angolanas já tiveram pelo menos um filho (UN System 2002; World Bank – WDI; OMS 2008; CIA World Factbook).

Por outro lado, a mortalidade infantil (menos de 5 anos) vai baixar de 219 por cada 1.000 nascimentos vivos em 2002 para uns estimados 180 por 1.000 em 2009, embora este último número continue a ser muito elevado do ponto de vista internacional (World Bank 2008b; CIA World Factbook). A malária é, de longe, a maior causa individual de mortalidade infantil, assim como das mortes dos adultos; a elevada mortalidade materna também constitui outro motivo de preocupação. É possível apontarem-se as principais causas subjacentes desta situação: a má condição dos serviços de saúde, a má alimentação, relacionada com a elevada percentagem das despesas dos agregados familiares com a alimentação, e ainda a falta de acesso a fontes de água seguras e a falta de saneamento básico (UN System 2002). Relativamente a 2006, clacula-se que 49% da população angolana não esteja a usar uma fonte de água melhorada (UNDP 2008). Em 2006, a esperança de vida em Angola, na altura do nascimento, era em média 42.1 anos, 43.7 para as mulheres e 40.5 para os homens – números baixos até para os padrões africanos (UNDP 2008). Além disso, estimativas para 2009 indicam uma esperança de vida consideravelmente mais baixa, de 38.2 anos – 37.2 para homens e 39.2 para mulheres females (CIA World Factbook).

2.6.2. VIH/SIDA

A esperança de vida mais baixa que se acabou de citar não pode ser simplesmente reduzida às consequências da pandemia do VIH/SIDA. A propagação da seroprevalência não tem sido tão rápida em Angola, e investigações recentes culminaram em estimativas da taxa de seroprevalência ainda mais baixas do que as anteriores. Tanto em 2004 como em 2003, a seroprevalência nacional mediana estava calculada em 2.5% (UNAIDS/WHO 2008a) mas, mais recentemente, esses números foram corrigidos no sentido descendente. A percentagem mais recente calculada, relativa a 2007, era 2.1% entre os adultos com 15-49 anos, comparada com 1.9% em 2004 e 1.5% em 2000. Isto implica, relativamente a 2007, que o número estimado de pessoas que vivem com SIDA se situa entre 150.000 e 240.000 – ainda preocupante mas, para a África Sub-Sariana, comparativamente baixo. A prevalência do VIH entre as mulhres grávidas em Luanda, em particular, veio a revelar-se muito mais baixa (1.8%) do que a esperada, e em nítido contraste com a das capitais dos países vizinhos. A partir destes resultados, os investigadores concluíram que a propagação do VIH pode ter sido dificultada pelo longo conflito armado no país, mas receiam um aumento rápido com o regresso de soldados e refugiados numa situação pós-guerra;

sublinham que se torna urgente implementarem-se acções preventivas (Strand *et al* 2007). No entanto, os serviços preventivos e terapêuticos ainda estão no seu início. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2005, apenas 2.700 das cerca de 52.000 pessoas que precisavam de tratamento anti-retrovírico (ARV) estavam a recebê-lo. Há muito poucos lugares onde as pessoas podem submeter-se a um teste de VIH voluntária e confidencialmente, e só um hospital presta tratamento ARV (Ryan 2007; http://www.unicef.org/angola/hiv_aids.html). Recentemente, as políticas oficiais, sob pressão das mulheres em cargos governamentais e também das deputadas, manifestam uma crescente consciencialização da gravidade da pandemia e uma vontade de cooperar com as ONGs neste campo (ver, por exemplo, o sítio Web da GlobalHealthReporting.org).

O fardo da ameaça do VIH/SIDA incide fortemente sobre as mulheres. Em Angola, é três vezes mais provável que as mulheres com idades compreendidas entre os 15-24 anos sejam infectadas com o VIH/SIDA do que os homens nessa faixa etária. Em 2005, a taxa de prevalência das mulheres dessa faixa etária era 2.5%, enquanto que a dos homens na mesma faixa etária era 0.9%. No que diz respeito a 2003/2004, o número de crianças deixadas órfãs em Angola devido ao VIH/SIDA estava calculado em 110.000 (WDI 2007). Embora seja uma possível sobrestimação, este número é indicativo dos graves problemas que a pandemia do VIH/SIDA trará, especialmente para as raparigas. Além disso, ficar órfão devido ao VIH/SIDA é uma situação que acresce ao já enorme problema das crianças órfãs em Angola causado pela guerra civil, abrangendo cerca de 1.2 milhões de crianças (UNICEF Statistics). Conforme defendemos no nosso relatório nacional relativo a Moçambique, ficar órfão definitivamente arruina as perspectivas de futuro para muitas raparigas. Ao resumir os factores de risco em Angola (regresso de deslocados, redes sociais destruídas, maior contacto com militares, níveis de educação baixos, uma população jovem, um índice de pobreza elevado), a UNICEF realça a fraca autonomia das mulheres e poucos mecanismos de protecção. A organização das Nações Unidas para a infância refere-se a um estudo datado de 2003, que afirma que muitos jovens angolanos (43%) começam a ter relações sexuais muito cedo, e que a proporção de adolescentes que têm relações sexuais aos 15 anos é uma das mais elevadas registadas. Os adolescentes angolanos também têm muitos parceiros, pouco sabem como se proteger e não praticam o que sabem. Segundo este estudo, apenas 55% dos jovens angolanos urbanos utilizam preservativo durante as relações sexuais com o seu último parceiro casual (http://www.unicef.org/angola/hiv_aids.html; PSI/UNICEF/USAID 2003).

Um levantamento anterior (MICS 2001), incluindo também zonas rurais acessíveis, constatou que apenas 6% das mulheres praticavam qualquer tipo de contracepção, e apenas 4.5% usavam métodos anticoncepcionais modernos. Para qualquer dos métodos, as taxas notificadas eram 8% nas zonas urbanas e 2% nas zonas rurais: um número excepcionalmente baixo quando comparado com as médias dos países da África Sub-Sariana e dos países em vias de desenvolvimento. Citando estas percentagens, um relatório das Nações Unidas (2002, 32-3) aponta para outra consequência do baixo uso de contraceptivos, isto é, o facto “(...) de muitas mulheres recorrerem a abortos para terminarem gravidezes indesejadas. Uma vez que o aborto continua a ser ilegal em Angola e, portanto, é realizado de forma clandestina, muitas vezes em condições pouco seguras, é provável que as mortes relacionadas com os abortos sejam um dos factores que contribuem para uma taxa de mortalidade materna elevada.” Este relatório também explica que “Os riscos são particularmente altos no caso de raparigas adolescentes e mulheres jovens, devido à sua dependência económica e fraco poder de negociação das relações sexuais com os parceiros do sexo masculino, especialmente quando existe uma grande diferença de idade. As adolescentes representam uma grande proporção de abortos não seguros e clandestinos” (33).

2.6.3. Quota de mercado laboral feminino

Angola padece de uma enorme subutilização da mão-de-obra. Entre 2001-2002, calculava-se que 6,1 milhões de pessoas eram economicamente activas, 45-48% da população total. Para obedecermos à Taxa de Participação da Mão-de-Obra (LPR) internacionalmente comparável ou ao índice Emprego-por-População (EPOP) que apenas leva em linha de conta os indivíduos com idades compreendidas entre os 15-64 anos de idade, tivemos de deixar de fora as pessoas mais velhas e as mais novas incluídas neste cálculo. Isto dizia respeito a cerca de 300.000 pessoas activas na faixa etária dos 65 anos e idade superior, assim como aproximadamente 800.00 crianças com menos de 15 anos: o trabalho infantil era, e muito provavelmente ainda é, generalizado em Angola.⁵ Os restantes 5.0 milhões de pessoas constituíam um LPR ou EPOP global de cerca de 63%. Comparado com outros países, este LPR ou EPOP representa uma percentagem muito baixa (Comparar, por exemplo, com os 83% de Moçambique, calculados para 2003 no nosso Relatório Nacional N.º. 1). Com cerca de 68%, um resultado referente a 1995, baseado no levantamento do ICPVD (Inquérito Prioritário sobre as Condições de Vida aos Domicílios), revelou ser um pouco mais alto⁶, mas pode partir-se do princípio que, entretanto, a guerra civil teve efeitos devastadores adicionais sobre as oportunidades de emprego (cf. UN System 2002). O levantamento de 1995 também concluiu haver LPRs quase iguais para homens e mulheres, sendo a percentagem dos homens apenas 0.5% mais alta. Com base nos números sectoriais, que também apresentámos na secção 2.3, e nos números sobre vítimas masculinas e femininas da guerra civil, partimos do princípio que os resultados de 2001-02 a este respeito foram invertidos, sendo o LPR feminino 3 ou 4% mais elevado. Faltam estatísticas mais recentes que apoiem estes cálculos; a proporção dos indivíduos economicamente activos pode ter aumentado ligeiramente, mas pode questionar-se se o LPR conforme elaborado acima chegou novamente a 68%. Além disso, é provável que a “vantagem” para as mulheres em termos de um LPR um pouco mais alto tenha continuado até hoje. Calculamos finalmente o LPR feminino angolano para 2007 por volta dos 66% (*Indicador ODM 1.5*).

Os baixos LPRs apontam para uma taxa de desemprego muito elevada. Em 2001, a taxa de desemprego nacional situava-nos 45% e as estimativas da taxa de desemprego urbana variavam entre os 37 e os 48%, encontrando-se no topo os números de desemprego referentes à capital, Luanda (ADB/ADF 2008).⁷ Mais uma vez, faltam os dados que sustentam os recentes desenvolvimentos a nível do desemprego. Em particular, a expansão do funcionalismo público, incluindo as obras de (re)construção infra-estrutural entre 2000-01 e 2007 (ver Quadro 2), criou novos empregos, mas metade dos seus efeitos em termos de diminuir o desemprego desvaneceram-se por causa do crescimento populacional. Assim, no fim de

⁵ O inquérito do IDR relativo a 2000-01, efectuado com uma amostra urbana de 90%, informou que 3% das crianças entre os 0-9 anos e 23% das crianças entre 10-14 anos estavam a trabalhar. O levantamento do MICS referente a 2001, também realizado em zonas acessíveis rurais, constatou que 30% das crianças com idades compreendidas entre os 5-14 anos trabalhavam (20% na faixa etária dos 5-9 anos e 41% das que tinham 10-14 anos). Das que trabalhavam na faixa etária dos 5-14 anos, 76% estavam envolvidas em trabalho doméstico, 20% delas durante mais de 4 horas por dia (UN System 2002, 38). A informação prestada pelo ACNUR para 2008 sugere que, depois de 2001, estas percentagens pouco baixaram (<http://www.unhcr.org/refworld/publisher,USDOL,,,48caa45bc,0.html>)

⁶ Tornámos a calcular o resultado do ICPVD para os indivíduos entre os 15-64 anos, visto que aquele levantamento usou uma medida referente a crianças de 10 anos e idade superior.

⁷ Algumas fontes sustentam que as informações sobre o desemprego em Angola não são credíveis, em parte porque o desemprego está disfarçado de sub-emprego – uma forma de emprego caracterizada por níveis muito baixos de produtividade e de rendimentos (cf. UN System 2002, 14). Outras podem alegar que estas últimas situações são indicadoras de desemprego puro e simples.

contas, o desemprego pode ter descido 5%, para cerca de 40% em 2007 (com a suposição optimista que o crescimento do emprego na agricultura podia fazer face ao crescimento da população nas zonas rurais de Angola). Além disso, com base nos nossos cálculos, a proporção de trabalhadores por conta própria e de membros da família contribuidores para o emprego total (*Indicador ODM 1.7*) pode ser estimada, em 2003, em 85%: um número extremamente elevado do ponto de vista internacional.⁸

Abaixo, procedemos a uma refinação dos números para o sector formal apresentados anteriormente para 2007; calculámos a percentagem do emprego feminino para sete indústrias importantes. Os resultados sugerem que o crescimento do emprego feminino é responsável por dois quintos do recente crescimento do emprego no sector formal. Segundo dados de 1995, as mulheres detinham 33% dos postos de trabalho no sector formal mas, para 2001-02, calculámos uma taxa feminina de 23%. Constatámos que, no decurso dos anos 2000, a mão-de-obra assalariada feminina aumentou apenas em 100.000 pessoas, chegando a 267.000, o que implica uma recuperação parcial da percentagem feminina para 27.5%. Se corrigirmos este resultado para o emprego na agricultura, podemos calcular, para 2007, a percentagem das mulheres em emprego assalariado no sector não-agrícola (*Indicador ODM 3.2*) em 28%.

Quadro 4 Percentagem de emprego feminino no sector formal por sub-sector, Angola, 2007 (número de pessoas, x 1.000)

	x 1.000	%
agricultura comercial e pescas	23	26%
indústria transformadora e mineração	34	17%
construção	22	11%
comércio formal, transportes, telecomunicações, turismo	72	40%
administração pública	70	39%
educação	29	36%
cuidados de saúde	17	42%
Total	267	27.5%

Fontes: ADB/ADF 2008; estimativas dos autores baseadas em diversas fontes (a.o. ANIP Bulletins, listas de diversas empresas)

Em seguida, descrevemos brevemente a evolução nos sectores de maior dimensão, com especial atenção para a posição das mulheres.

2.6.4. Agricultura

O facto de a agricultura contribuir recentemente 7 a 8% para o PIB angolano, ao mesmo tempo que oferece trabalho e rendimento para mais de 70% da população, é testemunho não apenas do predomínio do petróleo na economia angolana, mas também da produtividade extremamente baixa de uma grande parte da produção proveniente de pequenas propriedades agrícolas (Kyle 2007, 5). Relativamente a 2009-2012, o Governo concebeu um plano para alcançar a auto-suficiência no sector dos legumes e para cobrir 50-70% das necessidades da maior parte dos outros produtos alimentares (Embassy January 2009). O levantamento de 2004 efectuado pelo MINADER/FAO calcula que aproximadamente 80% dos agricultores angolanos sejam pequenos proprietários agrícolas de subsistência, no geral produzindo

⁸ Para outros países nesta série, produzimos de forma extensa LPRs e EPOPs femininos com base nas Estatísticas de Trabalho da OIT (banco de dados Laborsta). Contudo, no caso angolano, evitámos esta fonte, porque os números de 2003 usados como base para os cálculos do Laborsta (EAPEP) não são seguros.

poucos ou nenhuns excedentes. Embora menos de metade de toda a terra arável esteja cultivada, os agricultores plantam culturas alimentares alimentadas pela chuva em parcelas de terra que medem, em média, 2-3 ha, enquanto que as parcelas de terra dos agregados familiares de pequena dimensão não excedem 0.2 ha nas zonas com agricultura irrigada. Os pequenos proprietários recorrem principalmente a práticas de preparação do solo rudimentares e manuais.

As mulheres constituem cerca de dois terços da mão-de-obra agrícola activa. Na sociedade rural tradicional angolana, sempre houve uma divisão do trabalho entre os sexos. As mulheres são responsáveis pela maior parte dos aspectos da vida quotidiana da família, incluindo a produção de culturas alimentares, a criação de gado pequeno, o transporte de água e de madeira, cozinhar e tomar conta dos filhos, dos idosos e dos doentes, enquanto os homens preparam a terra, cultivam culturas comerciais (caso existam) e criam gado. Geralmente, os bens do agregado familiar são propriedade dos chefes de família, e a herança, embora tradicionalmente matrilinear, normalmente beneficia os parentes masculinos do falecido, deixando as viúvas numa situação particularmente vulnerável (UN System 2002). O levantamento de 2004 referido anteriormente sugere que muitas mulheres trabalham horas extremamente longas. As mulheres do campo podem trabalhar 14 horas por dia em actividades do lar e económicas se tiverem marido, e 15 horas se forem solteiras. Apenas 2% de todos os agricultores estão envolvidos em actividades comerciais e têm mão-de-obra remunerada (MINADER/FAO 2004, 18). Aos 26%, a proporção das mulheres na agricultura comercial e nas pescas é muito mais baixa do que a sua proporção global na agricultura (ADB/ADF 2008). É preciso observar se esta proporção irá aumentar no futuro próximo. A expansão gradual da agricultura comercial e das pescas provavelmente só criará novos postos de trabalho para mulheres num grau muito limitado.

2.6.5. Indústria transformadora

Antes do rápido crescimento petrolífero e da guerra civil, Angola tinha um forte sector fabril ligeiro. No decurso da guerra civil, a indústria transformadora perdeu importância e, a não ser um crescimento anual médio de perto de 16% em 1997-2007, a indústria transformadora em 2007 contribuiu menos de 6% para o PIB angolano (World Bank 2008b). O FMI (2007, 14) recentemente aludiu a uma “base transformadora muito limitada”, embora os especialistas sustentem que estas actividades podem prosperar em Angola contra o pano de fundo de uma baixa estrutura salarial e da fácil disponibilidade de matérias-primas sob a forma de produtos alimentares e fibra (a.o. Kyle 2007, 11). Em 2007 e 2008, muitas pequenas e médias empresas transformadoras conheceram uma rápida expansão, resultando num crescimento anual de mais de 20%. No entanto, estas empresas parecem expandir-se principalmente nos sectores de produção de metal, da engenharia, plásticos e produtos associados, e dificilmente em indústrias que tradicionalmente empregam altas percentagens de trabalhadoras, como vestuário e têxteis (ANIP 2007, 2008; Embassy 2008). A Lei Básica do Investimento Privado (Lei n.º 11/2003) liberalizou as condições para haver IDE mas, em 2005, os investidores viam a carga administrativa como sendo ainda muito elevada e sentiam-se frustrados com a corrupção (Da Gama 2005). Estes factores podem ajudar a explicar por que motivo, por agora, o IDE se centra na mineração e actividades afins, e no turismo e construção em menor grau, mas não na indústria transformadora.

2.6.6. Comércio

Até muito recentemente, mais de 80% das mulheres angolanas que trabalhavam no comércio podiam encontrar-se no sector informal; aqui, estão esmagadoramente concentradas no comércio a retalho e trabalham quase todas por conta própria (UN System 2002). Nos últimos anos, o sector do comércio a

retalho conheceu um rápido crescimento, de 22%, em 2007. Por exemplo, ao abrigo do programa presidencial PRESILD, em 2007 e 2008, foram abertos por todo o país 27 supermercados Nosso Super, de grande dimensão. O comércio grossista formal parece expandir mais lentamente (ANIP, 2007, 2008; Embassy 2008).

2.6.7. Serviços

Conforme indicado supra, estimamos que a percentagem das mulheres em postos de trabalho formais assalariados que trabalham nos serviços comerciais (incluindo o comércio), em 2007, seja 40%. Depois de um período de lento crescimento dos serviços privados, como transportes, finanças, telecomunicações e turismo, o Governo parece estar consciente que o actual estado de desenvolvimento do país justifica (e permite) consideráveis investimentos nestes sectores. Esta situação é bem evidente no sector do turismo, que actualmente – com menos de 200.000 visitantes em 2008 – está totalmente subdesenvolvido. Encorajado pela atribuição da Taça das Nações Africanas de 2010 (CAN) a Angola e pela consciência de preços de quartos proibitivos, o Governo, juntamente com investidores privados – a saber, de Portugal e da África do Sul – encetou um programa ambicioso de expansão da rede hoteleira até 2010, abarcando mais de USD 300 milhões. Foram anunciados progressos semelhantes para o sector financeiro, embora estes possam ser dificultados pelo desejo do Governo de, em larga medida, continuar a controlar esta situação. Os serviços profissionais afins, como contabilidade e auditoria, e ainda a consultoria jurídica das empresas, também serão desenvolvidos, embora os investidores estrangeiros nestes serviços se tenham queixado recentemente da escassez de trabalhadores qualificados (ANIP 2007, 2008; Embassy 2007, 2008). No entanto, essa escassez pode abrir oportunidades para as jovens.

2.6.8. Governo

Em 1998, cerca de 40% dos postos de trabalho no funcionalismo público eram ocupados por mulheres, de acordo com um levantamento levado a cabo pelo Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social nesse ano; a escassa evidência disponível sugere que, em 2007, esta percentagem não era certamente maior. Provavelmente as mulheres também estarão sub-representadas nos cargos administrativos mais elevados; em 1998, a sua proporção dos *técnicos superiores* no funcionalismo público era 27% (UN System 2002). Parece que o crescimento do ramo administrativo da administração pública parou, por comparação ao rápido crescimento adicional dos departamentos técnicos e de construção que, até agora, têm oferecido emprego principalmente a homens. O Governo está a tentar responder ao desafio das infra-estruturas obsoletas do país, tendo proclamado a reconstrução como prioridade nacional. Criou-se um programa de investimentos públicos (PIP), gerido pelo Ministério das Finanças (Corkin 2009). Em Maio de 2009, o Ministro das Obras Públicas declarou que o seu Ministério era o sector com a maior capacidade para absorver a mão-de-obra angolana. Segundo o Ministro, em 2005, 72.000 pessoas estavam empregues e, actualmente, mais de 200.000 estavam envolvidas na reabilitação de infra-estruturas, número que esperava subisse para os 300.000 postos de trabalho em 2010 (<http://allafrica.com/stories/200905260703.html>). No final de contas, o próprio funcionalismo público pode não representar uma fonte importante de trabalho crescente para as (jovens) mulheres; a maior parte do crescimento pode ocorrer na educação (ver secção seguinte) e na saúde, sectores que também são fortemente influenciados pelos programas e gastos governamentais. Os actuais planos governamentais para a educação e saúde podem abrir um considerável número de oportunidades de emprego para as mulheres (se não forem frustrados por limitações orçamentais).

2.7. Educação e níveis de competências da mão-de-obra feminina

2.7.1. Alfabetização

Com base no levantamento efectuado pelo MICS em 2001, a taxa de alfabetização média dos adultos em Angola situa-se nos 67%. Temos de realçar que este número global oculta um grande fosso em termos do género: no mesmo período, a alfabetização masculina estava calculada em 82%, por comparação com apenas 54% para as mulheres (paridade entre mulheres e homens de 66%). Nas zonas urbanas, estas percentagens eram, respectivamente, 88% para homens e 63% para mulheres (paridade entre mulheres e homens de 72%). Entre as mulheres nas zonas rurais, só 34% estavam alfabetizadas, menos de metade dos homens (69%; paridade entre mulheres e homens de 49%). Em 2007, a taxa de alfabetização dos indivíduos com idades compreendidas entre os 15-24 anos (*Indicador ADM 2.3*, derivados dos Indicadores ODM das Nações Unidas, e com base em dados da UNESCO) situava-se nos 72%, embora estivesse dividida entre os 84% para os jovens e os 63% para as jovens, mais uma vez revelando um fosso considerável a nível do género (paridade entre mulheres e homens de 75%).

Na realidade, todos estes números podem muito bem não expor totalmente o problema do analfabetismo, uma vez que, devido à guerra, o levantamento em questão esteve limitado a zonas acessíveis e a alfabetização entre os pobres rurais pode ser consideravelmente mais baixa (cf. UN System 2002, 22-3; UNDP 2008). Além disso, a alfabetização entre os pobres urbanos também é muito mais baixa. Um levantamento local, concentrado na cidade de Luanda, chegou à mesma taxa global de alfabetização (67%), assim como para as mulheres (54%), embora este levantamento também tenha constatado que havia apenas 30% de literacia entre as mulheres no grupo sócio-económico mais baixo (Govt of Angola 2003).

2.7.2. Educação das raparigas e mulheres jovens

A participação na educação ainda é muito baixa em Angola. Em 2006, o índice de inscrição bruta escolar era 25.6%, o índice mais baixo dos países da África Sub-Sariana. Nos três níveis de educação, as taxas de insucesso escolar são muito elevadas, entre os 30 e 35%. Os recursos insuficientes e a falta de professores qualificados são problema prementes. Calcula-se que, a nível primário, o índice médio de alunos por professor seja aproximadamente 45, chegando a 70 nalgumas áreas do litoral (UNDP 2008, baseado em informações da UNICEF). As estatísticas referentes a inscrições remontam principalmente aos anos 90. Um levantamento de dados administrativos de 1996 e 1998 referiu índices de inscrição líquidos dos alunos com idades compreendidas entre 6-11 anos da ordem dos 47-50% da população dessa faixa etária, com percentagens um pouco mais elevadas para os rapazes (52-54%) do que para as raparigas (42-48%), sugerindo uma paridade entre raparigas e rapazes de 81 – 88%. Estes resultados estão em conformidade com o índice de 86% publicado nos Indicadores ODM das Nações Unidas e, obviamente, baseados em informações de 1999 (*Indicador ODM 2.3* e *Indicador ODM 3.1*). Trata-se de números relativos; no entanto, os números absolutos para rapazes e raparigas eram claramente inferiores aos dos países da África Sub-Sariana (cf. UN System 2002, 21). O Governo angolano reconheceu claramente o atraso do ensino primário do país. Para 2015, o Ministro da Educação formulou como objectivo principal o facto de “todos os que estiverem dispostos a estudar poderem matricular-se na escola”, acrescentando: “Julgamos que, até 2015, podemos garantir o ensino integral” (Imbondeiro 2008, 30).

Nos níveis de ensino superiores, as disparidades do género aumentam. Relativamente ao ensino secundário, as escassas estatísticas do início da década de 2000 sugerem grandes diferenças do género:

uma estimativa datada de 2001 da inscrição escolar feminina, por comparação à masculina, ascendia a 44%, elevando a inscrição das raparigas para cerca de 30% (UN 2007). Embora estatísticas mais recentes (da UNICEF, com base em dados da UNESCO) indiquem que o fosso do género foi, em larga medida, superado, havendo em 2007 84 raparigas matriculadas por cada 100 rapazes, esta mudança não pode ser avaliada de forma muito positiva: muito provavelmente ocorreu devido a uma enorme descida do nível da inscrição escolar dos rapazes, e muito menos, ou mesmo nada, devido a um aumento da inscrição escolar das raparigas. Finalmente, os números disponíveis (bastante ultrapassados!) acerca da percentagem feminina no ensino superior não parecem tão baixos como acontece nos países vizinhos. Por exemplo, em 1998, na Universidade Agostinho Neto havia 70 alunas matriculadas por cada 100 alunos.⁹

Em Angola, a maior parte dos jovens entra no mercado de trabalho com competências limitadas e poucas oportunidades. Isto acontece com ambos os sexos, mas particularmente com as jovens, devido a disparidades do género no ensino, conforme se referiu anteriormente. Diversos relatórios sublinham que, além de se conseguir um ensino primário universal e de expandir o ensino secundário e técnico, é necessário oferecer recursos flexíveis aos jovens, particularmente do sexo feminino, com vista a corrigir os anos de escolaridade perdidos (a.o. ADB/ADP 2008). Parece razoável esperar contribuições para este efeito por parte das políticas de recursos humanos do funcionalismo público e das grandes empresas.

2.7.3. Níveis de competências das mulheres

Em regra, a desigualdade do género é reforçada por níveis de analfabetismo mais elevados entre as mulheres do que entre os homens. Em nome do projecto DECISÕES PARA TODA A VIDA, é importante registar que, em 2005, se calculava que o índice das jovens alfabetizadas (com idades entre os 15-24 anos) fosse 75% do dos jovens (WDI 2007). De facto, o trabalho feminino está fortemente concentrado em postos de trabalho de baixa qualificação, particularmente no sector informal mas, a um considerável grau, também no sector formal. Por exemplo, em 2001, os homens ocupavam 66% dos postos de trabalho técnicos (*técnicos médios* e superiores) e 72% dos postos de trabalho profissionais superiores (*técnicos superiores*). A situação era semelhante em profissões qualificadas. Por exemplo, em 2001, apenas 29% dos advogados eram do sexo feminino (UN System 2002). Com base nestes e noutros números, é possível avaliar-se a percentagem de trabalhadoras profissionais e técnicas neste grupo, em 2001, em 30%.

Com base necessariamente em informações bastante escassas, calculámos a percentagem da mão-de-obra angolana não qualificada, qualificada e altamente qualificada feminina por comparação à masculina, relativamente a 2001-2002. Conforme indica o Quadro 5, de acordo com os nossos cálculos, nestes anos quase 96% da mão-de-obra feminina não era qualificada, comparada com quase 85% dos trabalhadores masculinos. Apenas 3.4% da mão-de-obra feminina era qualificada (homens: mais de 12%), e quase 1% (homens: 3%) altamente qualificada. Estes números sugerem que a percentagem das mulheres na mão-de-obra não qualificada era 55%, na qualificada 28%, e na altamente qualificada 25%. Mais de 90% dos dois últimos grupos podem encontrar-se nas zonas urbanas.

Tomando em consideração as tendências recentes na educação das raparigas e a informação dispersa sobre as oportunidades de emprego, em 2009 o número de mulheres qualificadas no mercado de

⁹ Não encontrámos quaisquer números atinentes à outra universidade, a Universidade Católica de Angola.

trabalho pode ser extrapolado para 215.000, número quase duplicado quando comparado com os números para 2001-02; além disso, o número de mulheres altamente qualificadas chega aos 30.000, um crescimento de 25%. Embora estes grupos agora possam estar algo mais dispersos no país, especialmente no turismo, pelo menos 90% podem ainda viver nas zonas urbanas.

Quadro 5 Mão-de-obra de acordo com o nível de educação mais elevado, Angola, 2001-2002, por sexo

	todos		mulheres		homens	
	x 1.000	%	x 1.000	%	x1.000	%
não qualificada	4,494	89.9	2,461	95.8	2,033	84.7
qualificada	410	8.2	115	3.4	295	12.3
altamente qualificada	96	1.9	24	0.9	72	3.0
Total	5,000	100.0	2,600	100.0	2,400	100.0

Fontes: UN System 2002 ; UN 2007 ; UNDP 2006a, 2008

Com base na informação agrupada nos Quadros 2 – 5, podemos fazer uma estimativa um pouco menos imprecisa da dimensão do nosso grupo-alvo do que na candidatura para o projecto DECISÕES PARA TODA A VIDA. Calculamos agora que cerca de 70.000 jovens do sexo feminino com idades compreendidas entre os 15-30 anos tenham actualmente emprego assalariado, mais de 90% das quais vivem em zonas urbanas. Espera-se que outras 20.000 jovens ingressem nesse tipo de emprego nos próximos cinco anos.

2.8. Salários e condições de trabalho do grupo-alvo

2.8.1. Salários

Excepto no que se refere a categorias de trabalhadores expatriados que trabalham para grandes empresas multinacionais e que são recrutados através de agências internacionais, não encontramos informações detalhadas fiáveis sobre salários em Angola. Isto realça a importância do WageIndicator (Indicador Salarial) para este país, embora encetar as indicações salariais para indústrias e profissões não seja fácil nestas condições.

2.8.2. Condições de trabalho

Há muito pouca informação escrita disponível sobre as condições de trabalho em Angola, quer para o sector informal quer para o formal. Segundo o relatório de 2005 da USAID sobre o sistema de saúde angolano, todas as empresas de grande dimensão activas no país oferecem aos seus trabalhadores alguma cobertura para serviços de saúde. A população coberta também se pode alargar aos dependentes dos trabalhadores e até aos trabalhadores de empresas sub-contratadas. A cobertura de saúde é feita através de clínicas no local de trabalho, estabelecimentos de saúde pertencentes a empresas, ou contratos com estabelecimentos de saúde independentes (Connor *et al* 2005).

3. Informação básica para o questionário sobre o WageIndicator (Indicador Salarial)

3.1. Introdução

Os preparativos para as Actividades 1.03a e 1.03b do projecto DECISÕES PARA TODA A VIDA resultaram em diversas listas, agrupadas neste Capítulo, que devem ser usadas no levantamento via web do WageIndicator (Indicador Salarial) relativamente a questões específicas do país, e respectiva análise. Esta informação básica pode ser usada em linha mas, se necessário, também fora de linha. As listas contêm informação sobre sindicatos angolanos (secção 3.2), categorias de ensino e níveis de CITE (Classificação Internacional Tipo da Educação) (3.3), regiões (3.4), grupos étnicos (3.5.1) e línguas (3.5.2).

3.2. Lista de sindicatos

O movimento sindical do país já foi apresentado na rubrica referente às Relações laborais (secção 2.3). Segue-se uma lista completa dos sindicatos, concebida para uso no levantamento via Web.

Quadro 6 Lista de sindicatos de trabalhadores em Angola (em 01-01-2009)

pt_AO	pt_AO	Lista no levantamento via Web, 1ª fileira	Rótulo da fonte no conjunto de dados	Lista no levantamento via Web, 2ª fileira
24100	24101	AGO Central Geral de Sindicatos Independentes e Livres de Angola (CGSILA)	National Trade Union of Building and Housing Workers (SNTCH)	Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Construção e Habitação (SNTCH)
24100	24102	Central Geral de Sindicatos Independentes e Livres de Angola (CGSILA)	National Union of Teachers (SINPROF)	Sindicato Nacional de Professores (SINPROF)
24100	24103	Central Geral de Sindicatos Independentes e Livres de Angola (CGSILA)	National Independent Trade Union of Health and Civil Service Workers (SNITSFP)	Sindicato Nacional Independente dos Trabalhadores. de Saude e Função Publica (SNITSFP)
24100	24104	Central Geral de Sindicatos Independentes e Livres de Angola (CGSILA)	Independent Union of Tourist Services, Hotels and Commerce (SISTHC)	Sindicato Independente dos Serviços Turísticos Hoteleiro e Comerciais (SISTHC)
24200	24201	União Nacional dos Trabalhadores de Angola - Central Sindical (UNTA-CS)	National Federation of Unions of Food Industry, Commerce and Hotels (FENSTACH)	Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Alimentar, Comércio e Hotelaria (FENSTACH)
24200	24202	União Nacional dos Trabalhadores de Angola - Central Sindical (UNTA-CS)	Federation of Unions in Public Administration, Health Care and Services (FSAPSS)	Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Administração Publica, Saúde e Serviço (FSAPSS)
24200	24203	União Nacional dos Trabalhadores de Angola - Central Sindical (UNTA-CS)	Federation of Unions of Workers in Agro-Livestock, Fisheries and Related Trades (FSTAPPD)	Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Agro Pecuária , Pescas e Derivados (FSTAPPD)
24200	24204	União Nacional dos Trabalhadores de Angola - Central Sindical (UNTA-CS)	Federation of Unions of Workers in Construction and Housing	Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Construção e Habitação
24200	24205	União Nacional dos Trabalhadores de Angola - Central Sindical (UNTA-CS)	Federation of Unions of Workers in Education, Culture, Sports and Social Services (FTECDCSA)	Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Educação, Cultura, Desporto e Comunicação Social (FTECDCSA)
24200	24206	União Nacional dos Trabalhadores de Angola - Central Sindical (UNTA-CS)	Federation of Unions of Workers in Leather Industries	Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Ligeira
24200	24207	União Nacional dos Trabalhadores de Angola - Central Sindical (UNTA-CS)	Federation of Unions of Workers in Metal, Extractive, Energy and Chemical Industries (FSIMEQ)	Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica , Extractiva, Electricidade e Química (FSIMEQ)
24200	24208	União Nacional dos Trabalhadores de Angola - Central Sindical (UNTA-CS)	Federations of Unions of Workers in Transport and Communications of Angola (FSTTCA)	Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Transportes e Comunicações de Angola (FSTTCA)
24200	24209	União Nacional dos Trabalhadores de Angola - Central Sindical (UNTA-CS)	National Union of Nurses of Angola (SINDEA)	Sindicato Nacional dos Enfermeiros de Angola (SINDEA)
24200	24210	União Nacional dos Trabalhadores de Angola - Central Sindical (UNTA-CS)	Union of Guards, Maintenance, Domestic Workers and Similar Professions (STAD-ANGOLA)	Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticos, Profissões Similares e Actividades Diversas (STAD-ANGOLA)
24300		AGO Trade Union Force of Angola (FSA-CS)		Força Sindical Angolana - Central
24400		AGO Independent Union of Maritime and Related Workers (SIMA)		Sindicato Independente dos Marítimos de Angola (SIMA)
24500		AGO National Union of Teachers and Workers within the non-University Education System (SINPTENU)		Sindicato Nacional dos Professores e Trabalhadores do Ensino Não-Universitário (SINPTENU)
24600		AGO National Union of Bank Employees of		Sindicato Nacional dos Empregados Bancários de

		Angola (SNEBA)		Angola (SNEBA)
9999		AGO Other		Outros

3.3. Lista de categorias de ensino e níveis de CITE

Segue-se uma lista completa das categorias de ensino usadas em Angola, concebidas para uso no levantamento via Web. Nela se incluem os respectivos níveis de CITE calculados.

Quadro 7 Lista de categorias de ensino em Angola (em 01-01-2009)

pt_AO	Rótulo da fonte	Lista no levantamento via Web	CITE (estim.)
24001	AGO Preschool	Iniciação/pré-escola	0
24002	AGO Primary School (grades 1-6)	Ensino Primário	1
24003	AGO Secondary School – 1st cycle (grades 7-8-9)	Ensino Secundário - 1º ciclo	2
24004	AGO Secondary education – 2nd cycle (grades 10-11-12/13)	Ensino Secundário - 2º ciclo	3
24005	AGO Technical middle education (grades 10-11-12-13)	Ensino Médio Técnico	4
24006	AGO Pedagogical middle education (grades 10-11-12-13)	Ensino Médio Pedagógico	4
24007	AGO Bachelor	Bacharelato	5
24008	AGO Licentiate	Licenciado	5
24009	AGO Master of Arts or Master of Sciences	Mestrado	6
24010	AGO Doctoral Degree	Doutoramento	6

3.4. Lista de regiões

Segue-se um projecto de lista completa de todas as regiões angolanas, concebida para ser usada no levantamento via Web.

Quadro 8 Lista de regiões em Angola (em 16-10-2008)

pt_AO	pt_AO	Rótulo da fonte	Rótulo da fonte	Lista no levantamento via Web	Lista no levantamento via Web
240100000	240100132	AGO Bengo	AGO Bengo Ambriz	Bengo	Ambriz
240100000	240100232	AGO Bengo	AGO Bengo Capulo	Bengo	Capulo
240100000	240100304	AGO Bengo	AGO Bengo Caxito	Bengo	Caxito
240100000	240109632	AGO Bengo	AGO Bengo A small city (10,000 - 100,000)	Bengo	Pequena cidade (10,000 - 100,000)
240100000	240109704	AGO Bengo	AGO Bengo A village (less than 10,000)	Bengo	Uma aldeia (10,000 ou menos)
240100000	240109805	AGO Bengo	AGO Bengo Rural area	Bengo	Zona rural
240200000	240200131	AGO Benguela	AGO Benguela Benguela City	Benguela	Cidade de Benguela
240200000	240200231	AGO Benguela	AGO Benguela Lobito	Benguela	Lobito
240200000	240209632	AGO Benguela	AGO Benguela A small city (10,000 - 100,000)	Benguela	Pequena cidade (10,000 - 100,000)
240200000	240209704	AGO Benguela	AGO Benguela A village (less than 10,000)	Benguela	Uma aldeia (10,000 ou menos)
240200000	240209805	AGO Benguela	AGO Benguela Rural area	Benguela	Zona rural
240300000	240300132	AGO Bie	AGO Bie Andulo	Bié	Andulo
240300000	240300232	AGO Bie	AGO Bie Catabola	Bié	Catabola
240300000	240300331	AGO Bie	AGO Bie Kuito	Bié	Kuito
240300000	240309632	AGO Bie	AGO Bie A small city (10,000 - 100,000)	Bié	Pequena cidade (10,000 - 100,000)
240300000	240309704	AGO Bie	AGO Bie A village (less than 10,000)	Bié	Uma aldeia (10,000 ou menos)
240300000	240309805	AGO Bie	AGO Bie Rural area	Bié	Zona rural
240400000	240400131	AGO Cabinda	AGO Cabinda Cabinda City	Cabinda (Kabinda)	Cidade de Cabinda
240400000	240400232	AGO Cabinda	AGO Cabinda Landana	Cabinda (Kabinda)	Landana
240400000	240409632	AGO Cabinda	AGO Cabinda A small city (10,000 - 100,000)	Cabinda (Kabinda)	Pequena cidade (10,000 - 100,000)
240400000	240409704	AGO Cabinda	AGO Cabinda A village (less than 10,000)	Cabinda (Kabinda)	Uma aldeia (10,000 ou menos)
240400000	240409805	AGO Cabinda	AGO Cabinda Rural area	Cabinda (Kabinda)	Zona rural
240500000	240500132	AGO Cuando-Cubango	AGO Cuando-Cubango Cuchi	Cuando-Cubango	Cuchi
240500000	240500232	AGO Cuando-Cubango	AGO Cuando-Cubango Menongue	Cuando-Cubango	Menongue
240500000	240509632	AGO Cuando-Cubango	AGO Cuando-Cubango A small city (10,000 - 100,000)	Cuando-Cubango	Pequena cidade (10,000 - 100,000)
240500000	240509704	AGO Cuando-Cubango	AGO Cuando-Cubango A village (less than 10,000)	Cuando-Cubango	Uma aldeia (10,000 ou menos)
240500000	240509805	AGO Cuando-Cubango	AGO Cuando-Cubango Rural area	Cuando-Cubango	Zona rural
240600000	240600132	AGO Cuanza-Norte	AGO Cuanza-Norte Dondo	Cuanza-Norte	Dondo
240600000	240600232	AGO Cuanza-Norte	AGO Cuanza-Norte N'Dalantando	Cuanza-Norte	N'Dalantando
240600000	240609632	AGO Cuanza-Norte	AGO Cuanza-Norte A small city (10,000 - 100,000)	Cuanza-Norte	Pequena cidade (10,000 - 100,000)
240600000	240609704	AGO Cuanza-Norte	AGO Cuanza-Norte A village (less than 10,000)	Cuanza-Norte	Uma aldeia (10,000 ou menos)
240600000	240609805	AGO Cuanza-Norte	AGO Cuanza-Norte Rural area	Cuanza-Norte	Zona rural
240700000	240700132	AGO Cuanza-Sul	AGO Cuanza-Sul Sumbe	Cuanza-Sul	Sumbe
240700000	240700232	AGO Cuanza-Sul	AGO Cuanza-Sul Uku	Cuanza-Sul	Uku
240700000	240700332	AGO Cuanza-Sul	AGO Cuanza-Sul Waku Kungo	Cuanza-Sul	Waku Kungo
240700000	240709632	AGO Cuanza-Sul	AGO Cuanza-Sul A small city (10,000 - 100,000)	Cuanza-Sul	Pequena cidade (10,000 - 100,000)
240700000	240709704	AGO Cuanza-Sul	AGO Cuanza-Sul A small city (10,000 - 100,000)	Cuanza-Sul	Uma aldeia (10,000 ou menos)
240700000	240709805	AGO Cuanza-Sul	AGO Cuanza-Sul Rural area	Cuanza-Sul	Zona rural

240800000	240800132	AGO Cunene	AGO Cunene Ondjiva (N'Giva)	Cunene	Ondjiva (N'Giva)
240800000	240809632	AGO Cunene	AGO Cunene A small city (10,000 - 100,000)	Cunene	Pequena cidade (10,000 - 100,000)
240800000	240809704	AGO Cunene	AGO Cunene A village (less than 10,000)	Cunene	Uma aldeia (10,000 ou menos)
240800000	240809805	AGO Cunene	AGO Cunene Rural area	Cunene	Zona rural
240900000	240900132	AGO Huambo	AGO Huambo Bailundo	Huambo	Bailundo
240900000	240900232	AGO Huambo	AGO Huambo Caala	Huambo	Caala
240900000	240900331	AGO Huambo	AGO Huambo Huambo City (Nova Lisboa)	Huambo	Huambo City (Nova Lisboa)
240900000	240909632	AGO Huambo	AGO Huambo A small city (10,000 - 100,000)	Huambo	Pequena cidade (10,000 - 100,000)
240900000	240909704	AGO Huambo	AGO Huambo A village (less than 10,000)	Huambo	Uma aldeia (10,000 ou menos)
240900000	240909805	AGO Huambo	AGO Huambo Rural area	Huambo	Zona rural
241000000	241000132	AGO Huila	AGO Huila Caluquembe	Huíla	Caluquembe
241000000	241000231	AGO Huila	AGO Huila Lubango	Huíla	Lubango
241000000	241000332	AGO Huila	AGO Huila Matala	Huíla	Matala
241000000	241009632	AGO Huila	AGO Huila A small city (10,000 - 100,000)	Huíla	Pequena cidade (10,000 - 100,000)
241000000	241009704	AGO Huila	AGO Huila A village (less than 10,000)	Huíla	Uma aldeia (10,000 ou menos)
241000000	241009805	AGO Huila	AGO Huila Rural area	Huíla	Zona rural
241100000	241100107	AGO Luanda City	AGO Luanda Luanda	Luanda	Cidade de Luanda
241100000	241100202	AGO Luanda	AGO Luanda The suburbs of Luanda	Luanda	Os subúrbios de Luanda
241200000	241200132	AGO Lunda Norte	AGO Lunda Norte Cafunfo	Lunda Norte	Cafunfo
241200000	241200232	AGO Lunda Norte	AGO Lunda Norte Dundo	Lunda Norte	Dundo
241200000	241200332	AGO Lunda Norte	AGO Luanda Luanda City	Lunda Norte	Luanda City
241200000	241200432	AGO Lunda Norte	AGO Lunda Norte Nzagi	Lunda Norte	Nzagi
241200000	241209632	AGO Lunda Norte	AGO Lunda Norte A small city (10,000 - 100,000)	Lunda Norte	Pequena cidade (10,000 - 100,000)
241200000	241209704	AGO Lunda Norte	AGO Lunda Norte A village (less than 10,000)	Lunda Norte	Uma aldeia (10,000 ou menos)
241200000	241209805	AGO Lunda Norte	AGO Lunda Norte Rural area	Lunda Norte	Zona rural
241300000	241300132	AGO Lunda Sul	AGO Lunda Sul Saurimo	Lunda Sul	Saurimo
241300000	241309632	AGO Lunda Sul	AGO Lunda Sul A small city (10,000 - 100,000)	Lunda Sul	Pequena cidade (10,000 - 100,000)
241300000	241309704	AGO Lunda Sul	AGO Lunda Sul A village (less than 10,000)	Lunda Sul	Uma aldeia (10,000 ou menos)
241300000	241309805	AGO Lunda Sul	AGO Lunda Sul Rural area	Lunda Sul	Zona rural
241400000	241400132	AGO Malanje	AGO Malanje Caxita Cameia	Malanje	Caxita Cameia
241400000	241400231	AGO Malanje	AGO Malanje Malanje City	Malanje	Cidade de Malanje
241400000	241409632	AGO Malanje	AGO Malanje A small city (10,000 - 100,000)	Malanje	Pequena cidade (10,000 - 100,000)
241400000	241409704	AGO Malanje	AGO Malanje A village (less than 10,000)	Malanje	Uma aldeia (10,000 ou menos)
241400000	241409805	AGO Malanje	AGO Malanje Rural area	Malanje	Zona rural
241500000	241500132	AGO Moxico	AGO Moxico Cazombo	Moxico	Cazombo
241500000	241500232	AGO Moxico	AGO Moxico Luena	Moxico	Luena
241500000	241509632	AGO Moxico	AGO Moxico A small city (10,000 - 100,000)	Moxico	Pequena cidade (10,000 - 100,000)
241500000	241509704	AGO Moxico	AGO Moxico A village (less than 10,000)	Moxico	Uma aldeia (10,000 ou menos)
241500000	241509805	AGO Moxico	AGO Moxico Rural area	Moxico	Zona rural
241600000	241600132	AGO Namibe	AGO Namibe Namibe City	Namibe	Cidade do Namibe
241600000	241609632	AGO Namibe	AGO Namibe A small city (10,000 - 100,000)	Namibe	Pequena cidade (10,000 - 100,000)
241600000	241609704	AGO Namibe	AGO Namibe A village (less than 10,000)	Namibe	Uma aldeia (10,000 ou menos)

241600000	241609805	AGO Namibe	AGO Namibe Rural area	Namibe	Zona rural
241700000	241700132	AGO Uíge	AGO Uíge Negage	Uíge	Negage
241700000	241700231	AGO Uíge	AGO Uíge Uíge City	Uíge	Cidade do Uíge
241700000	241709632	AGO Uíge	AGO Uíge A small city (10,000 - 100,000)	Uíge	Pequena cidade (10,000 - 100,000)
241700000	241709704	AGO Uíge	AGO Uíge A village (less than 10,000)	Uíge	Uma aldeia (10,000 ou menos)
241700000	241709805	AGO Uíge	AGO Uíge Rural area	Uíge	Zona rural
241800000	241800132	AGO Zaire	AGO Zaire M'Banza Kongo	Zaire	M'Banza Kongo
241800000	241800231	AGO Zaire	AGO Zaire Soyo	Zaire	Soyo
241800000	241809632	AGO Zaire	AGO Zaire A small city (10,000 - 100,000)	Zaire	Pequena cidade (10,000 - 100,000)
241800000	241809704	AGO Zaire	AGO Zaire A village (less than 10,000)	Zaire	Uma aldeia (10,000 ou menos)
241800000	241809805	AGO Zaire	AGO Zaire Rural area	Zaire	Zona rural

3.5. Listas de grupos étnicos e línguas

3.5.1. Grupos étnicos

No que diz respeito a grupos étnicos, os Ovimbundos constituem 37% da população de Angola, seguidos pelos Kimbundos com 25%, Bakongo 13%, mestiços (mistura de Europeus e Africanos) 2%, Europeus 1%, e outros 22% (fonte: CIA World Factbook). Segue-se uma lista de grupos étnicos, concebida para ser usada no levantamento via Web.

Quadro 9 Lista de grupos étnicos em Angola (em 01-01-2009)

pt_AO	Rótulo da fonte	Lista no levantamento via Web
24001	AGO Ovimbundus	Ovimbundos
24002	AGO Kimbundu	Quimbundos
24003	AGO Bakongo	Bakongos
24004	AGO Mestiço	Mestiços
24005	AGO European	Brancos
24099	AGO Others	Outros

3.5.2. Línguas

Segundo dados do Censo de 1983, o português – além de ser a língua oficial – é a língua predominante, visto ser falado como primeira língua em 60% dos agregados familiares angolanos e como segunda língua por muitos mais no país. Dos falantes nativos de português, metade podia falar português, enquanto a outra metade falava uma língua Bantu como segunda língua. Cerca de 40% de angolanos falavam línguas Bantu como primeira língua. A maioria das línguas Bantu eram Kimbundu, Umbundu, e Kikongo. A língua estrangeira mais aprendida pelos angolanos era o inglês (http://en.wikipedia.org/wiki/Languages_of_Angola)

Segue-se um projecto de lista destas línguas, concebida para uso no levantamento via Web.

Quadro 10 Lista de línguas de Angola (em 01-01-2009)

pt_AO	Rótulo da fonte	Lista no levantamento via Web
24001	AGO Portuguese	Português
24002	AGO Bantu	Bantu
24997	AGO Other African language	Outro idioma africano
24998	AGO Dialect	Dialecto
24999	AGO Other Language	Outra língua

4. Referências

- African Development Bank (ADB) / African Development Fund (ADP) (2008) *Angola. Country Gender Profile*. w.p.
- Amnesty International USA (2008) *Annual Report for Angola*
(<http://www.amnestyusa.org/annualreport.php?id=ar&yr=2008&c=AGO>)
- ANIP (Agência Nacional para o Investimento Privado, National Agency for Private Investment) (2007, 2008) *ANIP Bulletin*, year 4 (2007) / year 5 (2008)
(<http://www.botschaftangola.de/content.php?nav=wirtschaft/investitionsmoeglichkeiten/anip/jul2007/jul2007v4i30&back=wirtschaft/investitionsmoeglichkeiten/anip>)
- Carneiro, Francisco G. (2007) *Oil, Broad-Based Growth, and Equity*. Washington D.C.: World Bank
Angola Day (May 9) powerpoint presentation
- CIA *World Factbook* (ongoing, last accessed May 23, 2009)
(<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ao.html>)
- Connor, C., Y. Rajkotia, Ya-Shin Lin, P. Figueiredo (2005) *USAID Angola Health System Assessment*. Washington D.C.
- Cord, Louise, Marijn Verhoeven, Camilla Blomquist, Bob Rijkers (2009) *The Global Economic Crisis: Assessing Vulnerability with a Poverty Lens*. Washington D.C.: World Bank research note
- Corkin, Lucy (2009) Angola's Current Economic Prospects: Oil Curse or Blessing? *Análisis del Real Instituto Elcano (ARI)*, no. 4
(http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano_eng/Content?WCM_GLOBAL_CO NTEXT=/Elcano_in/Zonas_in/International+Economy/ARI4-2009)
- Da Gama, Anabela (2005) *FDI in Angola. Constraints Encountered by Investors in the Angolan Territory*. Capetown: Minithesis University of Western Cape
- Embassy (of the Kingdom of the Netherlands in Luanda) (2007-2009) *Trade and Investment Lewsletter*
(<http://angola.nlembassy.org/asp/asp/get.aspx?xdl=/views/post/xdl/page&SitIdt=235&VarIdt=187&ItmIdt=40805>)(last accessed May 25, 2009)
- Foley, Conor (2007) *Land Rights in Angola: Poverty and Plenty*. HPG (Humanitarian Policy Group) Working Paper, London: ODI (Overseas Development Group)
(<http://www.odi.org.uk/resources/download/3184.pdf>)
- Global Union Directory, *Angola* (Ongoing: <http://www.younionize.info/directory/?show=a>)(last accessed May 25, 2009)
- Government of Angola (2000) *Lei geral do Trabalho*
(<http://www.casadeangola.com.pt/coimbra/legis/LEI%20GERAL%20DO%20TRABALHO%20DE%20ANGOLA.pdf>)
- Government of Angola (2003) *Angolan Strategy to Combat Poverty*. Luanda
(www.sarpn.org.za/documents/d0001037/PRSP%20Angola_CombatPoverty_Sept03.pdf)
- Hausmann, Ricardo, Laura D. Tyson, Saadia Zahidi (2008) *The Global Gender Gap Report 2008*. Geneva: World Economic Forum
- Imbondeiro*. Official Magazine Embassy of Angola to the US (2008) Summer
- International Labour Office (ILO) *LABORSTA / Labour Statistics* (Ongoing: <http://laborsta.ilo.org/>)
- ILO, *ILOLEX Database of International Labour Standards* (Ongoing: <http://www.ilo.org/ilolex/cgi-lex/pdconv.pl?host=status01&textbase=iloeng&document=8313&chapter=6&query=Angola%40ref&highlight=&querytype=bool&context=0>)

- ILO (2008) *Global Wage Report 2008/09*. Geneva
- International Monetary Fund (IMF) (2007) *IMF Country Report No. 07/354. Angola*. Washington D.C.
- International Trade Union Confederation (ITUC) (2008) *Report on Violation of Trade Union Rights. Angola*. Brussels (<http://survey08.ituc-csi.org/survey.php?IDContinent=1&IDCountry=AGO&Lang=EN>)
- Kyle, Steven (2003) *Political and Economic Prospects for Mozambique and Angola*. Ithaca NY: Staff Paper Department of Applied Economics and Management Cornell University (<http://econstor.eu/handle/10419/23487>)
- Kyle, Steven (2007) *Oil, Growth and Political Development in Angola*. Ithaca NY : Staff Paper Department of Applied Economics and Management Cornell University (<http://www.kyle.aem.cornell.edu/WP%202007-05.pdf>)
- Meredith, Martin (2005) *The State of Africa. A History of Fifty Years of Independence*. London etc.: The Free Press
- Ministry of Agriculture and Rural Development (MINADER)/FAO (2004): *Review of Agricultural Sector and Food Security – Strategy and Investment Priority Setting (TCP/AND/207)*. Luanda
- NYT 2007 (*New York Times*, October 14, 2007: As Angola Rebuilds, Most Find Their Poverty Persists) (http://www.nytimes.com/2007/10/14/world/africa/14angola.html?_r=2&oref=slogin)
- Population Services International (PSI)/UNICEF/USAID (2004) *Sexual knowledge, attitudes and behaviour among urban youth in Angola. A summary of results from the 2003 Survey of Knowledge, Attitudes and Practices*. w.p.
- Ryan, Amanda (2007) *Occupational Health and Safety Profile of Angola*. w.p.: WAHSA Southern Africa project
- Sørvald, Marit, Emilia Dias Fernandes, Thor Oftedal (2006) *Review of the Implementation of Women and Gender Equality Aspects in the Norwegian Development Co-operation with Angola*. Oslo/Luanda: Nordic Consulting Group
- Strand, R.T., L. Fernandez Dias, S. Bergström, S. Andersson (2007) Unexpected low prevalence of HIV among fertile women in Luanda. Does war prevent the spread of HIV?, *International Journal of STD and AIDS*, 18(7): 467-471
- United Nations (UN) (2006) *Demographic Yearbook* (<http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/dyb/dyb2.htm>)
- UN (2007) *UN Gender Info 2007 Database* (<http://data.un.org/Browse.aspx?d=GenderStat>)
- UNAIDS / World Health Organisation (WHO) (2007) *07 AIDS Epidemic Update*. Geneva
- UNAIDS / WHO (2008a) *07 Sub-Saharan epidemic update. Regional Summary*. Geneva
- UNAIDS / WHO (2008b) *2008 Report on the global AIDS epidemic*. Geneva (http://www.unaids.org/en/KnowledgeCentre/HIVData/GlobalReport/2008/2008_Global_report.asp)
- United Nations Development Programme / United Nations Population Fund (UNDP/UNPF) (2004) *United Nations Country Programme Document for Angola (2005-2008)*. Luanda
- UNDP (2006a) *Millennium Development Goals (MDGs) 2005 Progress Report on Angola*. Luanda
- UNDP (2006b) *Strategic Framework for Programming and Operations UNDP ANGOLA 2006-2008*. Luanda
- UNDP (2008) *UNDP Human Development Indices (2008)* (http://hdr.undp.org/en/media/HDI_2008_EN_Tables.pdf)
- UNDP (2009) *Strategic Framework for UNDP Operations in Angola. ANGOLA, 2009-2013*. Luanda
- UNICEF (2008) *Angola – Country Office Annual Report 2007*. Luanda

UNICEF Statistics, Angola (Ongoing: http://www.unicef.org/infobycountry/angola_statistics.html)

United Nations System in Angola (2002) *Angola. The Post-War Challenges. Common Country Assessment 2002*. Luanda

US Census Bureau (International Data Base) *Country Summary: Angola* (<http://www.census.gov/ipc/www/idb/country/aoportal.html>)

US Dept of State, Bureau of Democracy, Human Rights, and Labor (2007) *2006 Human Rights Report: Angola* (<http://www.state.gov/g/drl/rls/hrrpt/2006/78718.htm>)

US Dept of State (2008) *Investment Climate Statement 2008. Angola* (<http://www.state.gov/e/eeb/efd/2008/100819.htm>)

US Dept of State, Bureau of Democracy, Human Rights, and Labor (2009a) *2008 Human Rights Report: Angola* (<http://www.state.gov/g/drl/rls/hrrpt/2008/af/118985.htm>)

US Dept of State (2009b) *Investment Climate Statement 2009. Angola* (<http://www.state.gov/e/eeb/rls/othr/ics/2009/117406.htm>)

US Library of Congress, *Law online* (Ongoing, <http://www.loc.gov/law/help/guide/nations/angola.php>)

World Bank *World Development Indicators online* (in text: World Bank – WDI) (2006, 2007, 2008, 2009) (<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/DATASTATISTICS/0,,contentMDK:21725423~pagePK:64133150~piPK:64133175~theSitePK:239419,00.html>)

World Bank (2007) *Angola Country Brief*. Washington D.C.

World Bank (2008a) *Poverty data. A supplement to World Development Indicators 2008* (in text: World Bank – WDI – Suppl)

World Bank (2008b) *Angola at a Glance*. Washington D.C., September

World Bank (2008c) *Angola: Trade Brief* (<http://info.worldbank.org/etools/wti2008/docs/brief6.pdf>)

World Bank (2008d) *World Development Indicators. Primary Data Documentation*. Washington D.C.

World Bank (2009a) *Country Brief. Angola*. March 2009 (<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/AFRICAEXT/ANGOLAEXT/N/0,,menuPK:322500~pagePK:141132~piPK:141107~theSitePK:322490,00.html>)

World Bank (2009b) (<http://www.nasdaq.com/aspx/stock-market-news-story.aspx?storyid=200905210854dowjonesdjonline000549&title=angola-economy-to-shrink-by-3-in-2009---world-bank>)

World Bank (2009c) (<http://african.worldbank.org/angolas-economic-prospects-revised>)

World Bank (2009d) *Doing Business Women in Africa*. Washington D.C.: World Bank / IFC / World Bank Group Gender Action Plan / Vital Voices (www.worldbank.org/gender)

World Health Organisation (WHO) *World Health Statistics 2008*. Rome
website www.allAfrica.com (last accessed June 8, 2009)

website Angola Press (ANGOP, http://www.portalangop.co.ao/motix/en_us/portal/capa) (last accessed June 10, 2009)

website ANIP (<http://investinangola.com/engDefault.asp>) (last accessed June 11, 2009)

website EISA (last accessed June 5, 2009) (<http://www.eisa.org.za/index.html>)

website GlobalHealthReporting.org (last accessed June 5, 2009) (a.o. <http://www.globalhealthreporting.org/countries/angola.asp?collID=11&id=1560&malID=1562&tblID=1564&hivIC=1561&malIC=1563&tblIC=1565&map=1566&con=Angola&p=1>)

website Human Rights Tribune, Geneva (last accessed May 18, 2009) (a.o. <http://www.droitshumains-geneve.info/Angola-Mozambique-Women-Face,1507>)

website <http://www.internetworldstats.com> (last accessed June 5, 2009)

website <http://www.journalism.co.za/> (last accessed June 5, 2009)

website United Nations (UN) *Millenium Development Goals (MDG) indicators* (last accessed July 11, 2009) (<http://unstats.un.org/unsd/mdg/SeriesDetail.aspx?srid=757&crd=24>)

website UNI Africa (last accessed June 8, 2009) (a.o. <http://www.union-network.org/uniafrican.nsf/1/7C5877CBBA287875C12570DC00359150?OpenDocument>)

website UNTA-CS (last accessed June 8, 2009) (<http://www.unta-cs.com/>; a.o. http://www.unta-cs.com/index.php?option=com_content&task=view&id=50&Itemid=2)

5. O que é o WageIndicator (Indicador Salarial)?

O WageIndicator tem sítios Web em 50 países. Em cada país, um sítio Web nacional apresenta um Salary Check (Verificação Salarial) gratuito. Esta Verificação oferece informações detalhadas sobre os salários médios de uma grande variedade de profissões, levando em linha de conta características pessoais, como ocupação do cargo/idade, educação, cargo de supervisão, região, e outras características sememlhantes.

Para além do Salary Check (Verificação Salarial), os sítios Web em muitos países têm atraentes ferramentas Web, como Minimum Wage Check (Verificação do Salário Mínimo), DecentWorkCheck (Verificação do Trabalho Decente), Gross-Net Earnings Check (Verificação de Proventos Brutos-Líquidos), e outras ferramentas semelhantes. Cada país tem pelo menos um sítio Web. Os países multilingues têm dois ou mais sítios Web. Além disso, muitos países têm sítios Web destinados aos grupo-alvo como, por exemplo, as mulheres ou os jovens. O sítio Web do projecto é www.wageindicator.org.

A nível mundial, os sítios Web nacionais do WageIndicator (Indicador Salarial) atraem elevados números de visitantes; em 2007, foram mais de 10 milhões no total. Os sítios Web são consultados por trabalhadores que precisam de tomar decisões sobre a mobilidade dos seus postos de trabalho, discussões anuais sobre o seu desempenho ou negociações salariais. São consultados por alunos, estudantes ou mulheres que voltam a entrar no mercado de trabalho e que enfrentam escolhas profissionais, ou por empregadores em pequenas e médias empresas quando estas recrutam pessoal ou negociam salários com os seus empregados.

Em retorno por todas as informações gratuitas prestadas, os visitantes Web são encorajados a preencherem um levantamento via Web, que demora entre 10 e 20 minutos. O levantamento tem questões detalhadas sobre salários, regalias, condições de trabalho, contrato de trabalho, formação, e ainda questões sobre educação, profissão, indústria, e características dos agregados familiares. Este levantamento via Web é lançado continuamente em todos os sítios Web do WageIndicator (Indicador Salarial), na(s) língua(s) nacional(is), e adaptado aos problemas específicos nacionais, quando necessário. Os dados do levantamento via Web são usados para os cálculos subjacentes ao Salary Check (Verificação Salarial). Para profissões que tenham pelo menos 50 observações no banco de dados nacional, pode calcular-se uma indicação salarial. Os Salary Checks (Verificações Salariais) são actualizados anualmente.

O projecto começou em 2000, nos Países Baixos, com um levantamento em larga escala e baseado em formulários visando recolher informações sobre os salários das mulheres. Em 2001, foi lançado o primeiro sítio Web com o WageIndicator (Indicador Salarial), que incluía um Salary Check (Verificação Salarial) e um levantamento via Web. Desde 2004, lançaram-se sítios Web em países

europeus, na América do Norte e do Sul, na África do Sul, e em países asiáticos. Actualmente, todas as economias de grande dimensão do mundo têm um sítio Web com um WageIndicator (Indicador Salarial), entre as quais os EUA, a Federação Russa, China, Índia e Brasil. A partir de 2009, iniciar-se-ão sítios Web em mais países africanos, assim como na Indonésia e em diversos países pós-soviéticos. Poderá encontrar informação adicional sobre a WageIndicator Foundation (Fundação Indicador Salarial) e as suas actividades em www.wageindicator.org.*****